



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1980

ANO VI

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

*Parecer ao Projeto de Lei nº 136/80*

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado através Mensagem Governamental de nº 063/80, encaminhou a esta Casa de Leis a Proposta de Orçamento Programa Anual para o exercício financeiro de 1981, dando cumprimento às disposições Constitucionais e legais que regem a elaboração dos Orçamentos Públicos.

Recebida a Mensagem e convertida em Projeto de Lei, com estrita observação dos prazos referidos na legislação pertinente para a sua tramitação e transcorrido o prazo para oferecimento de Emendas onde foram recebidas em número de 14, alcança o momento de ser apreciado por esta Comissão, o que faço, por designação.

Da minuciosa análise que procedemos da proposta devemos destacar a fiel observância das determinações contidas na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como, facilmente verificável, atende rigorosamente as exigências contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e artigos 7º, 15 a 18, 179 e 180; Portaria nº 09, de 28 de janeiro de 1974, que instituiu a Classificação Funcional Programática e Portarias nº 20, de 10 de julho de 1974 e nº 04, de 12 de março de 1975, da SEPLAN.

Ressalte-se o aspecto importante referente à Política Administrativa que representa etapa do Plano Geral do Atual Governo, consonante com o Orçamento Plurianual de Investimentos, já apreciado por esta Comissão.

### DA RECEITA

A previsão da Receita foi efetuada tendo como princípio norteador a verdade orçamentária, a fim de que possa o Orçamento constituir-se em documento orientador da política governamental.

Seguindo este critério a Receita foi estimada para o exercício financeiro de 1981 em oitenta e quatro bilhões, duzentos e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil cruzeiros, devendo ser realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas corrente e de Capital.

Nota-se, perfeitamente, a tentativa da realidade orçamentária, com a evidente preocupação de não superestimar a arrecadação, havendo a considerar, ainda, que no atual exercício financeiro o Orçamento do Estado experimentou formidável superavit, fornecendo ao governo a possibilidade de financiar seus próprios projetos.

Examinados detidamente os quadros demonstrativos do comportamento da receita nos exercícios anteriores e seus respectivos desdobramentos, chegamos à conclusão de que a atual previsão está condizente com as reais potencialidades de arrecadação do nosso Estado.

Partindo desta estimativa realista dos ingressos públicos, foi orçada despesa em igual valor, obedecendo-se dest'arte o princípio do equilíbrio orçamentário.

### CONSIDERAÇÕES

A par do analisado, é bom frisar que a elaboração, execução e fiscalização orçamentária experimenta aspectos políticos e conjunturais incondizentes com a realidade nacional.

Com a finalidade de corrigir algumas e graves distorções, a Associação Brasileira de Orçamento Público, em 1979, patrocinou Simpósio denominado "Modernas Técnicas de Orçamento Público" onde foram discutidas e aprovadas condutas de elaboração, execução e fiscalização rotuladas: "Orçamento Programa Inteirativo".

Esta moderna técnica aprovada e recomendada pelos participantes deste Simpósio, tende a simplificação e adequação dos orçamentos.

Vale referir as conclusões e pugnar para que as mesmas sejam adotadas, brevemente:

### OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA INTEIRATIVO

O Orçamento Programa constitui valioso instrumento de governo, de administração e de chefia, cujos potenciais não estão inteiramente aproveitados;

O não aproveitamento pleno desse instrumento decorre, em grande parte, da aplicação de metodologia operacional que não tem favorecido uma maior participação de diversos escalões, notadamente intermediários, na ingente tarefa de definir prioridades, o que provoca, em contrapartida, uma excessiva concentração de responsabilidades sobre os níveis maiores de governo, sobre os quais repousa, exaustivamente, o processo decisório;

Em consequência, a elaboração orçamentária não tem possibilitado, através de adequada descentralização de competência, uma eficiente reavaliação da ação do governo, aceitando-se, como fatos consumados, a repartição de muitas atividades sem uma ponderação maior quanto a sua validade e eficiência;

Tal prática, indissociável desvio dos fundamentos básicos da técnica do orçamento por programas, se agrava, sobremaneira, num instante, em que a carência cada vez maior de recursos financeiros, frente aos legítimos reclamos da comunidade, exige que cada gasto se justifique ainda mais amplamente pelos benefícios que ensejará ao menor custo possível;

Diante dessas dificuldades, a imaginação criadora deve socorrer os governantes, no sentido de encontrar caminhos novos que, trilhados, conduzam o Estado à correção das falhas detectadas, reorientando a ação do governo no sentido de que em seu bojo sejam geradas condições propícias a uma gestão orçamentária e financeira que garanta o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

Urge por em prática nova metodologia que con-

cebida exatamente para recolocar o Orçamento Programa em sua verdadeira e desejada trajetória, transforme-o, definitivamente, em efetivo e eficiente instrumento do governo, administração e chefia.

Assim, devem ser definidas:

#### ETAPAS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA:

- I - Proposição e definição da programação orçamentária;
- II - Apropriação dos recursos às unidades executoras;
- III - Formalização da Proposta do Orçamento-Programa do Estado.

Formando-se.

#### COLÉGIOS DE DECISÃO DE PRIORIDADES ORÇAMENTÁRIAS — C.D.P.O.:

CDPO-I - composto pelos dirigentes das Unidades de Despesa constituintes de cada Unidade Orçamentária, todos na qualidade de membros natos.

O Dirigente da Unidade Orçamentária presidirá o respectivo CDPO-I e poderá, por livre escolha, indicar outros membros para participar do Colégio, sem direito a voto, contudo. Caberá ao CDPO-I analisar a programação em curso, questionando, inclusive, sua validade e eficiência examinar e avaliar as propostas de programação novas, bem como priorizar as Atividades e Projetos e suas alternativas, apresentadas pelas Unidades de Despesa, visando a melhor qualificação dos serviços prestados, dos bens produzidos e a otimização do uso dos recursos.

CDPO-II - Composto pelos Dirigentes das Unidades Orçamentárias e Dirigentes das Entidades: Autarquias, inclusive Universidades, Fundações instituídas pelo Estado, Empresas, em cujos capitais o Estado tenha participação exclusiva ou majoritária, todos na qualidade de membros natos.

O Secretário de Estado presidirá o respectivo CDPO-II e poderá, por sua livre escolha, indicar outros membros para participar do Colégio, sem direito a voto, contudo.

Caberá ao CDPO-II, à vista das diretrizes governamentais estabelecidas, analisar, confirmar ou rever as prioridades fixadas pelos CDPO-I, estabelecendo, a nível de Órgão, o Plano Setorial de Prioridades.

CDPO-III - Composto pelos Secretários de Estado, pelo Secretário de Economia e Planejamento, com funções de assessoria e seu presidente e pelos Reitores das Universidades, todos na qualidade de membros natos.

O Governador do Estado presidirá o CDPO-III, podendo delegar tal competência ao Secretário de Economia e Planejamento para presidir suas sessões.

Caberá ao CDPO-III, fixar o Plano Geral de Prioridades do Estado, compatibilizando as alternativas apresentadas pelos CDPO-II às disponibilidades do Tesouro, previstas para o exercício de 1980.

Devem ser, assim, determinadas:

#### COMPETÊNCIAS:

##### C.D.P.O-III:

- a) analisar e decidir quanto as alternativas e prioridades estabelecidas pelos CDPO-II, adequando-as às disponibilidades do Tesouro;

##### CDPO-II:

- a) estabelecer os objetivos e prioridades dos programas setoriais, observando as prioridades governamentais;
- b) analisar as alternativas e prioridades definidas pelos CDPO-I, conformando-as ou revendo-as à luz das diretrizes governamentais, encaminhando o Plano Setorial de Prioridades do Órgão ao CDPO-III;
- c) aprovar a distribuição do limite orçamentário global da Secretaria pelas suas Unidades Orçamentárias e Órgãos vinculados.

##### CDPO-I:

- a) reavaliar as atividades ou projetos em curso, avaliar a programação nova e formular alternativas objetivando melhor qualificação dos serviços prestados, dos bens produzidos e otimização do uso dos recursos;
- b) analisar as alternativas formuladas pelas Unidades de Despesa, priorizá-las e encaminhá-las ao CDPO-II;
- c) aprovar a distribuição dos recursos da Unidade Orçamentária, pelas suas Unidades de Despesa correspondente.

#### DAS EMENDAS

Postas estas considerações, resta-nos a apreciação das Emendas oferecidas ao Projeto de Lei em exame.

Embora apresentadas no prazo legal, todas as quatorze emendas devem ser desconsideradas em seu aspecto formal, não nos cabendo o exame do mérito das intenções de seus subscritores.

Do exame da publicação das mesmas, o que se fez em Avulso do Diário da Assembléia, verifica-se que todas, sem distinção, contrariam expressas disposições da legislação que rege a elaboração Orçamentária, isto é, a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, mais especificamente o artigo 33, que dispõe:

"Artigo 33 — Não se admitirão emendas ao Projeto de Lei do Orçamento que visem a:

- a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, neste ponto, a inexistência da proposta;
- b) .....
- c) .....
- d) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções."

E, ademais, ferem mandamento Constitucional inscrito no Artigo 35, § 1º, que dispõe:

de Energia Elétrica para a elaboração dos estudos necessários e posterior execução das obras de iluminação pública na Gleba Guarani.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem agrônomo ORLANDO PELISARI, ocorrido dia 17 próximo passado.

O falecido era membro de tradicional família de Maringá, e exercia as funções de agrônomo da conceituada firma comercial SOJAMAR, de Assis Chateaubriand.

Sua morte deixou enlutada a cidade de Assis Chateaubriand, onde gozava de grande amizade, pela sua conduta correta que servia de exemplo aos demais jovens.

Com sua ausência do convívio entre o povo, ficará apenas a lembrança do seu gesto amável e gentil.

Orlando não vive mais entre nós, mas seus atos, seus costumes, seus conselhos de jovem adulto e seu comportamento exemplar na sociedade, fará com que dele os chateaubrienses jamais se esqueçam.

Requeremos seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Aparecido de Paula, da firma SOJAMAR.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) EDILSON ALENCAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. GILBERTO MAYER, ocorrido em data de hoje, na cidade de Cascavel.

O extinto era pessoa muito querida no seio da família cascavelense, onde foi um dos pioneiros daquela cidade, e onde era o atual Presidente do Partido Democrático Social, naquele município.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GILBERTO MAYER, ocorrido em Cascavel.

O extinto era Presidente do PDS, e pioneiro daquela região. Pessoa muito estimada, chefe de família exemplar e empresário do ramo farmacêutico.

Outrossim, requer ainda que, da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) RENATO BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do cirurgião dentista, Dr. OZÉAS SARAIVA DE ARAÚJO.

O Dr. Ozéas, foi uma emérita figura paranaense, embora nascido no Estado da Alagoas. Foi destacado profissional e homem público ilustre. Entre outros, foi Diretor Regional das Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, orador da Associação Odontológica do Paraná, membro da Academia de Letras José de Alencar, membro da Diretoria do Clube Atlético Para-

naense, Diretor do Telecomunicações Clube do Paraná. Foi ainda, primeiro suplente de Deputado Federal pelo PTB, na época em que Getúlio Vargas foi Deputado Federal pelo Paraná.

O falecido deixa viúva a Senhora Vera Saraiva de Araújo, cinco filhos e 17 netos e bisnetos.

Era um poeta nato, cultivava um imenso amor a Curitiba e ao povo paranaense. Sua passagem pelo Paraná será, sem dúvida, altaneira, e ficará registrada nas páginas da História.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a esta Presidência, com a devida vênua do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto, de pesar pelo falecimento da prestante cidadã pontagrossense, Senhora LEONOR MACIEL, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, dia 17 do corrente mês, local onde a referida senhora gozava de elevado prestígio social, sendo entre outros feitos filantrópicos, a fundadora do LAR DAS VOVOZINHAS.

Sua morte muito consternou aquela localidade, tanto entre amigos, bem como os quais quais viam na referida pessoa a mão fraternal que se lhe estendia sempre.

Face ao ocorrido, é mister que esta Casa Legislativa também se associe à família enlutada.

Requer igualmente, que esta mensagem apresentada nesta Casa, seja levada até seus familiares.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, seja consignado na ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. BENEDITO FERRAZ, ocorrido em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) DARCY DEITOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a manifestação de profundo pesar do Poder Legislativo, e a inserção nos Anais da Casa, deste sentimento, pelo passamento ocorrido anteontem, do benquisto cidadão AUGUSTO ZANLORENZI, residente na localidade de Pinho de Baixo, no Município de Irati.

Requer outrossim, que se dê ciência deste pesar à esposa enlutada, Sra. Tereza Zanlorenzi, seus filhos e netos.

O extinto era irmão do Deputado Carlos Zanlorenzi, nosso Par.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ARMINIO GITHAY, ocorrido na cidade de Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) DARCY DEITOS

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo passamento do Sr. EZEQUIAS LEME DE CARVALHO.

Outrossim, solicita, após sua aprovação, seja dado ciência à família enlutada, na cidade de Nova Esperança, sito à Rua Lord Lovat, 112.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

Ezequias Leme de Carvalho, exerceu o cargo de Vice-Prefeito da cidade de Nova Esperança, período 72/76, foi exemplar funcionário da Secretaria de Finanças, político militante, deixando assim uma grande lacuna no seio de sua família e na região.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplauso ao jornal TRIBUNA DO PARANÁ, pela passagem do seu 24.º aniversário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

## JUSTIFICATIVA:

Apresentando sempre um trabalho dos mais perfeitos, fazendo imprensa séria, honesta e independente, o jornal "TRIBUNA DO PARANÁ" é hoje uma marca de tradição e orgulho para o Paraná.

Editado pela primeira vez no dia 17 de outubro de 1956, o jornal hoje detém um número bastante grande de leitores, não só no Paraná como em outros Estados, até mesmo no exterior.

Contando com uma equipe dos mais capacitados profissionais de imprensa, TRIBUNA DO PARANÁ faz parte do dia-a-dia na vida de cada paranaense.

Nascido pelas mãos de Fernando Camargo e Aristides Merhy, depois de doze anos passou ao comando dinâmico do ex-Governador Paulo Pimentel. Seu primeiro secretário foi o jornalista e advogado João Feder.

Hoje obedece a linha vibrante do competente Hugo Sant'Ana, funcionário da editora O ESTADO DO PARANÁ há mais de vinte anos.

O jornalista Albenir Amatuzzi é o editor de Esportes.

É o jornal de maior tiragem em Curitiba, considerado mesmo o "jornal do povo", atingindo todas as classes sociais, pois tem como forte as notícias esportivas e policiais, mas nunca se descuidou dos principais assuntos políticos, religiosos e sociais, mantendo sempre colunas especializadas.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata, de votos de congratulações à cidade de Maringá, pela conquista do tri-campeonato dos Jogos Abertos do Paraná, dando-se ciência do presente ao Excelentíssimo Sr. Dr. João Paulino Vieira Filho, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) ANTÔNIO FACCI

## JUSTIFICATIVA:

Por larga margem de diferença de pontos, Maringá ganhou

o título máximo geral dos Jogos Abertos do Paraná, que se encerraram ontem na cidade de Apucarana.

Por ter sido tri-campeã paranaense em Jogos Abertos, Maringá passou a possuir definitivamente os troféus "GENERAL NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA" e "CIDADE DE LONDRINA", ambos em disputa segundo o regulamento dos Jogos Abertos do Paraná, para posse provisória ou definitiva. E Maringá, após duas posses provisórias, chegou finalmente à posse definitiva dos troféus em disputa.

Vale salientar ainda, que os atletas da Cidade Canção conseguiram fato inédito nos Jogos Abertos, ganhando não só os títulos gerais nas modalidades "masculino e feminino", mas também conquistando o maior número de títulos nos dois naipes, nas diversas modalidades disputadas.

Louve-se a garra, a disciplina, a cordialidade e a integração dos diversos municípios presentes aos XXIV Jogos Abertos do Paraná, entrelaçando comunidades, como de Maringá, Apucarana, Londrina, Ponta Grossa, Arapongas, Cascavel, Rolândia, Cambé, Guarapuava, Cornélio Procopio, Paranaguá, Goioerê, Umuarama, Mamborê, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão e de outras cidades.

Os jogos sempre foram motivo de entrelaçamento dos povos, rompendo barreiras de ideologias, credos ou facções políticas. É nos jogos que se aprimoram caracteres, disciplinam-se vontades e prevalecem a fraternidade e a solidariedade universais.

Numa época de tantas convulsões sociais, em que o mundo se acha em crise de ideais e valores, cabe-nos aplaudir o trabalho comunitário esportivo desenvolvido pelo Prefeito João Paulino, de Maringá, secundado pelo seu Secretário de Cultura e Esportes, Professor José Joaquim da Cruz Filho.

Merece pois, a cidade de Maringá, as congratulações desta Casa, pela façanha inédita conquistada, o tri-campeonato paranaense de Jogos Abertos, e pelo exemplo dado a todo o Paraná, buscando nos jogos poli-esportivos, o desenvolvimento das potencialidades locais, no desejo de dar à comunidade maringaense, não só a euforia de títulos inéditos, mas ainda a esperança de uma fraternidade universal pelo esporte.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, voto de regozijo pela comemoração do 4º ano de fundação do Lions Club de Curitiba Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) RENATO BUENO

## JUSTIFICATIVA:

Tal voto representa nossa homenagem a este laborioso clube de serviços, pela iniciativa de grande alcance que tem tomado desde o início de suas atividades, entre as quais, destacamos:

- atuação dinâmica no atendimento de deficientes visuais não só no Bairro-Sede do Clube, como também a carentes do interior do Estado.

- participação intensiva em estreita colaboração com a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, nas campanhas de vacinação contra a Poliomielite, sarampo e varíola.

- distribuição de remédios.

- visitas às entidades assistenciais.

- valorização dos trabalhos de imigrantes pioneiro, que culminou com a entrega do título de Comendador ao italiano Paulo Cesta, o mais antigo morador de Santa Felicidade.

- apresentação de palestras e conferências alusivas à data magna de nossa Independência, transcorrido no dia sete de setembro.

- promoção da 19ª Convenção Distrital do Distrito L-6.

Da decisão do Plenário, solicitamos seja dado ciência ao Lions Club de Curitiba Santa Felicidade, sito à Rua Rosa Saporski, 252, apt. 206.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor aos grupos de ALCOÓLICOS ANÔNIMOS do Paraná, pela passagem do seu 12º ano de plan-tação neste Estado, conforme relação em anexo, e convite para Reunião Pública comemorativa a este evento, no dia de ama-nhã, 21 de outubro.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

O trabalho desenvolvido pelos Grupos de Alcoólicos Anônimos, na recuperação do doente alcoólatra, através de suas reuniões em grupos, sempre mereceu a nossa atenção, e temos certeza de que deverá, daqui por diante, chamar a aten-ção daqueles que acompanharem o trabalho desenvolvido por eles, principalmente porque, Alcoólicos Anônimos, é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas expe-riências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum, e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo, sem distinção de raça, credo, cor, condição profissional e social, exigindo daqueles que queiram se recuperar, única e exclusiva-mente a vontade de parar de beber.

A maior justificativa, estamos anexando em um artigo de Alcoólicos Anônimos, com o título de "ANONIMATO", que deveria ser lido e meditado, não somente pelo portador da doença do alcoolismo, mas por todos aqueles que realmente têm vontade de ajudar ao seu próximo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atri-buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa, o abalizado editorial intitulado "PAGUE O CONTRIBUINTE", publicado na edição de sábado, dia 18 de outubro de 1980, pelo jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO".

O protesto emitido pelo redator, a propósito das decla-rações do Sr. Francisco Dornelles, Secretário da Receita Federal, que pretende alterar os critérios de correção monetária aplica-da sobre o imposto de renda retido da fonte, em detrimento do contribuinte, corresponde ao ponto de vista de elevado número de cidadãos que, indignados, demonstraram o seu inconformismo por mais este pretendido ataque à já claudi-cante classe média.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para aprovar, com base constitucional dos artigos 16, V, e 20, § 2º, dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1) Qual o montante do superavit acumulado, no cor-rente exercício financeiro, referido pela Mensagem Governamen-tal 063/80, que apresenta a Proposta Orçamentária para o exercício de 1981?

2) Qual o comportamento, mês a mês registrado pela arre-cadação estadual, e o destino dado ao numerário que representa

os superavits conseguidos?

Que da decisão comunique-se também o Excelentíssimo Senhor Governador, através de quem deve ser remetido o pre-sente pedido de informações.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa discute a Proposta Orçamen-tária do Governo do Estado do Paraná, para o próximo exercício financeiro de 1981, enviada pela Mensagem 063/80, através da qual o Sr. Governador esclarece enfaticamente: "OUTRO FATO MERECEDOR DE DESTAQUE NO ORÇAMENTO PROPOSTO PARA 1981, É A OCOR-RÊNCIA DE SUPERAVIT NO ORÇAMENTO COR-RENTE".

Todavia, também por Mensagem Governamental, está na Casa, em discussão, um pedido para ser autorizado vultoso empréstimo de 80 milhões de dólares. São duas situações opo-tas. Numa, sobram recursos, noutra, pede-se autorização para emprestar pela carência dos mesmos.

Nesta, sabe-se o quantum — de oitenta milhões de dóla-res, naquela, nada foi quantificado, mas o certo é que já no exercício financeiro de 1979, a Receita superou a Despesa.

Os números informam que em 1979, o Paraná arrecadou Cr\$ 21.933.371.000,00, gastando apenas Cr\$ .....  
... 21.305.308.000,00, com o superavit, portanto, de Cr\$ ..  
.. 628.063.000,00.

É de transcendental importância para o legislador, a infor-mação precisa e exata dos números. O quantum do superavit assume importância fundamental para a discussão da proposta orçamentária.

Daí porque o requerimento objetiva esclarecer o com-portamento da arrecadação pública, de vez que o Governo afirma ter usado parcimônia no empenho dos gastos pú-blicos.

Para autorizarmos o orçamento proposto, é fundamental que saibamos o quantum de superavit atingiremos, ao menos aproximado, no corrente orçamento, e principalmente o que se está fazendo com este dinheiro e onde está o mesmo. A des-gastante crise inflacionária que corroe as finanças, não pode ser ignorada em vultosas importâncias monetárias, como se comentam, já chegue atingir o superavit a casa dos oito bilhões de cruzeiros.

Ademais, o remanejo orçamentário proposto inclusive pela formação de Comissão Especial de Deputados, para con-seguir-se fundos para a solução das reivindicações do magisté-rio paranaense, colocam o Poder Legislativo na obrigação de tomar consciência exata das possibilidades e dificuldades do erário público.

Final alguma coisa não está condizentemente esclareci-da, quando ao mesmo tempo o Executivo afirma a existência de superavit e também a impossibilidade de atender reivindica-ções que considera justas. Além do mais, é sumamente impor-tante para o enfoque orçamentário nas diversas atividades setoriais da administração, que saibam os homens públicos do quadro real e das tendências que a atualidade apresenta.

Finalmente, o requerimento traduz tão somente a neces-sidade de uma informação complementar, mas que por referir-se a cifras, é de transcendental importância, daí porque im-por-se sua aprovação até por interesse do próprio Poder Le-gislativo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Ilustríssimo Sr. Diretor do DNER, Ilustríssimo Sr. Diretor do DER e Ilustríssimo

Sr. Diretor da D.T.R.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente às autoridades acima referidas na súmula, solicitando a necessidade urgente da implantação de uma linha direta de ônibus de Toledo à Cidade de São Paulo, pela concessão com a empresa PLUMA Conforto e Turismo Ltda.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

Na atual posição que ocupa, dentro do contexto geoeconômico do Oeste do Paraná, Toledo necessita com urgência da linha de ônibus solicitada, pois virá de encontro com as necessidades de uma cidade que está em franco desenvolvimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e com o apoio do Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador, para que seja criado e instalado Colégio Agrícola de 2º Grau na cidade de Paranaíba.

Requer outrossim, que cópia do mesmo seja encaminhada ao Conselho Estadual de Educação.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) WILSON FORTES

#### JUSTIFICATIVA:

Paranaíba é cidade polo de uma vasta região agrícola e a juventude procura tais cursos, uma vez que há grande mercado para técnicos agrícolas.

Atualmente os jovens, para realizarem tais cursos, têm que buscar outras cidades, o que representa grandes despesas especialmente na fase em que vivemos dias difíceis, sob todos os aspectos.

Outrossim, a agricultura postula técnicos que possam aperfeiçoar e atender ao homem do campo, a fim de que possa produzir mais e de maneira mais eficiente, evitando que ele busque a cidade, provocando o êxodo rural.

O presente apelo tem apoio unânime dos Srs. Vereadores de Paranaíba, que, em reunião recente, aprovaram semelhante apelo, visando sensibilizar as autoridades educacionais do Estado e particularmente o Sr. Governador do Estado e do Secretário da Educação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, e de acordo com o Art. 16, item quinto, da Constituição do Estado do Paraná, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, General Ney Aminthas de Barros Braga, solicitando que Sua Excelência se digne a determinar que se prestem as seguintes informações:

1) Qual o montante financeiro investido no setor de pré-investimentos e contratação de trecho para a pavimentação da PR-495, interligando os Municípios de Mal. Cândido Rondon a Guaíra, num total de 67 km, conforme consta do Projeto de Lei 145/79;

2) Por que foi excluída a pavimentação asfáltica do citado trecho, da previsão orçamentária para o próximo ano; e,

3) Quando será pavimentada a citada estrada?

É o que requer.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, e de acordo com o Art. 16 item V da Constituição do Estado, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, General Ney Aminthas de Barros Braga, solicitando que Sua Excelência se digne a determinar que se prestem as seguintes informações:

1) Com relação ao item 03401832277, do Projeto de Lei 136/80, Proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1981. a) Quantas passagens aéreas foram adquiridas em 1980 (até o presente momento) especificando o nome dos beneficiários (órgãos e setores) e trechos percorridos e respectivos valores; e,

b) quais os critérios para a aplicação da verba destinada para o exercício de 1981 (especificar o montante destinado a cada órgão da Administração).

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM expressa manifestação do Plenário, para, com fundamento nos Arts. 16, V e 20, § 2º, da Constituição do Paraná, aprovarem o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação do Paraná:

1) Qual a importância dispendida pela Secretaria da Educação, para promover a divulgação na imprensa escrita dos "COMUNICADO AO PÚBLICO", bem como das notas de "UTILIDADE PÚBLICA" nas emissoras de rádio e televisão, com respeito à greve do magistério paranaense?

2) Relacionar discriminadamente as importâncias pagas a cada órgão de imprensa, o número de publicações e divulgações, além de datas e horários.

3) A que título orçamentário, referidas despesas estão sendo empenhadas?

4) Quais as emissoras que integram a Rede Paranaense de TV, formada para divulgar as notícias da SEC?

Que da decisão, dê-se ciência ao Excelentíssimo Sr. Governador, através de quem deverá ser encaminhado o pedido, bem como às entidades APP, APLP e APMP, que representam o magistério paranaense.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(aa) NILSO SGUAREZI

GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Recentemente este Poder, pelo voto da maioria situacionista, entendeu não ser necessária a convocação do Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação para prestar esclarecimentos sobre a situação do magistério paranaense.

Todavia, após este fato, a Secretaria da Educação está promovendo intensa campanha de esclarecimento pela imprensa escrita e falada, na tentativa de justificar a impossibilidade de atendimento das reivindicações do magistério — que se encontra em greve — alegando falta de recursos.

O requerimento visa esclarecer este paradoxo, se o Governo estadual não dispõe de recursos, por que gastar-se tanto em publicidade?

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrita nos Anais da Casa, matérias publicada na coluna do

jornalista Luiz Augusto Juk, no jornal "DIÁRIO DO PARANÁ" sob o título "DELFIM FALOU. O POVO GRAVOU. QUER OUVIR?"

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Como justificativa, fica a própria matéria, em anexo, retratando com fidelidade a grave situação criada pelo desentendimento de propósitos, mostrando a importância de uma renovação urgente no Ministério da República.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a imediata exoneração do Ministro do Planejamento DELFIM NETO, por incapacidade administrativa.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que no dia 21 de abril de 1979, o então Ministro da Agricultura, Delfim Neto, garantiu em entrevista na Associação dos Municípios do Oeste Paulista, que o Brasil, a partir de 1980, não importaria arroz e feijão, superando a crise do abastecimento;

Considerando ainda que naquela data ele revelou que tudo que os produtores plantassem seria financiado e os preços mínimos seriam remuneradores, cobrindo os custos de produção e oferecendo lucro razoável aos produtores, o que não vem acontecendo;

Considerando ainda a série de declarações desconstruídas conduzindo a Nação ao mar de incertezas;

Considerando que daquela data até agora, já se passaram 17 meses, mais de 500 dias, sem qualquer ação prática que resultasse em benefício do povo brasileiro, sugerimos a imediata exoneração do Ministro do Planejamento, DELFIM NETO.

O Brasil tem tudo para livrar-se de dependências que o imobilizam, mas necessita principalmente, contar com o apoio e confiança do seu povo.

Para que isso aconteça, há necessidade de uma urgente reformulação de ações, idéias e homens, acordando a tempo de salvar a Pátria, evitando que continuemos mergulhados na grande noite escura da inflação galopante, do desemprego, da mortalidade infantil, das famílias desassistidas, da falta de habitação, do aumento incrível do custo de vida, da educação falida e do caminho triste da desesperança.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, General ADALBERTO MASSA, para que o mesmo tome providências, dentro do possível, contra a atuação dos empreiteiros no Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

A atuação dos empreiteiros no Porto de Paranaguá, está prejudicando sensivelmente os verdadeiros trabalhadores, porque eles estão fazendo uma competição ilegal, contratando elementos alheios à categoria e empregando-os por preços aquém da realidade. As firmas preferem esses trabalhadores, por pagarem bem pouco.

A Delegacia Regional do Trabalho deve tomar as providências cabíveis para solucionar esse problema, pois sabemos ser uma das metas do Delegado Regional do Trabalho no Paraná, a aplicação da justiça.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUEREM a inscrição nos Anais da Assembléia Legislativa, da entrevista concedida pelo General JOSÉ LUIZ COELHO NETO, Comandante da 4ª Divisão de Exército ao jornal "O Estado de São Paulo", edição do dia 22 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Nelson Buffara, Werner Wanderer, Ezequias Losso, David Cherigate e Renato Bueno.

#### JUSTIFICATIVA:

Em sua edição de hoje, o jornal "O Estado de São Paulo" publica interessante depoimento do General José Luiz Coelho Neto, Comandante da 4ª Divisão de Exército, onde o militar apresenta um histórico sobre a ação do comunismo em nosso País, denunciando a existência de diversos movimentos de apoio ao PCB.

Julgando de extrema importância para a opinião pública as considerações feitas pelo General, é que fazemos a presente solicitação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando urgente recapeamento do asfalto que demanda a estrada do Município de Sertãoópolis até o trevo da Rodovia Celso Garcia Cid.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação tem por finalidade o urgente recapeamento da estrada que liga o Município de Sertãoópolis até o trevo da Rodovia Celso Garcia Cid (aproximadamente um quilômetro).

Tal providência torna-se necessária, em vista que nos dias chuvosos, ocorre a formação de buracos na mencionada via, prejudicando assim o fluxo normal de veículos e o escoamento agrícola do município.

Outrossim, requer que seja dada ciência do mesmo ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Benedito Silva Giglio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de TELEX ao Ministério da Agricultura, solicitando imediata intervenção no setor da intermediação entre suinocultores e consumidores, além de liberação da exportação de suínos também para o Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, atendendo as formalidades regimentais, submetem à apreciação do Plenário, pedido



para o envio de expediente às autoridades do Ministério da Agricultura e do Ministério da Fazenda, solicitando às mesmas seja liberada a exportação da carne suína para o Estado do Paraná, como ocorreu recentemente com os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

aa) GERNOTE KIRINUS e NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação tem como objetivo atender antiga reivindicação dos suinocultores do Paraná, que há muito pleiteiam a liberação da exportação da carne suína. É do conhecimento de todos as dificuldades que os suinocultores paranaenses vêm enfrentando diante dos baixos preços de mercado. A liberação da exportação da carne suína já foi liberada para dois Estados, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, grandes produtores. O Estado do Paraná, considerado o maior produtor de suínos do Brasil, não poderia ser excluído de tal benefício.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a retirada de pauta do PROJETO DE LEI N.º 075/80, que cria o INSTITUTO FLORESTAL, sugerindo que o mesmo seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, para que seja transformado em Mensagem Governamental.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

a) LÁZARO DUMONT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Ministro da Justiça, solicitando adoção de um novo critério quando de apreensões de discos em emissoras de rádio, principalmente porque as músicas já tiveram liberação anterior da própria Censura Federal.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Não resta nenhuma dúvida de que a música "O Mal é o Que Sai da Boca do Homem", de autoria de Pepeu Gomes e Baby Consuelo, atenta à moral e aos bons costumes. Fala inclusive em "baseado", pregando o vício mortal. No último final de semana a POLÍCIA FEDERAL, atendendo solicitação da CENSURA FEDERAL proibiu a música de execução nas emissoras de rádio e TV, apreendendo os discos. Neste episódio, encontramos duas falhas:

1 — A música foi liberada pela CENSURA, foi apresentada no Festival MPB-80 da Rede Globo, mostrada para o Brasil. Ganhou mil promoções, chegando mesmo às paradas de sucesso. A agressividade da composição era flagrante, gerando curiosidade. Mas, a Censura liberou, talvez num cochilo de alguém que desconhecia a maléfica palavra "baseado" ou não teve tempo de ler a letra em seu todo. Agora, que a canção já estava caindo no esquecimento de todos, apareceu a CENSURA com a proibição. Novamente a curiosidade vai ser despertada. A falha está no fato da liberação quando de sua apresentação no Festival. Porque somente agora foi proibida?

2 — Neste item que pedimos a atenção das autoridades, visando corrigir uma falha. Quando os censores comparecem às emissoras de rádio e TV para apreensão dos discos, colocam os órgãos de comunicação, na autuação, como INFRATORES. Seriam infratores se executassem as músicas depois da proibição por parte da CENSURA. Aí está a falha, pois a própria

CENSURA liberou a música para posteriormente proibi-la. Mas, quando recolhe os discos faz a emissora assinar como infratora. Isso inclusive poderá prejudicá-la perante o DENTEL. Por isso pedimos esta revisão importante e necessária.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Senhor Presidente da República propondo a urgente uniformização da política salarial, com a concessão de reajustes semestrais aos funcionários públicos civis e militares, da União, dos Estados e Municípios.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

a) AIRTON CORDEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

A política salarial brasileira, em vias de sofrer algumas alterações por iniciativa governamental e mediante deliberação do Congresso Nacional gerou discriminação abominável, pela marginalização dos servidores públicos, civis e militares, não alcançados pelos seus melhores efeitos. A inflação e o custo de vida são iguais para todos os cidadãos brasileiros, porém, os critérios retributivos do trabalho assalariado são díspares, por isso, injustos. Ao adotar a nova política salarial, socialmente mais próxima das necessidades dos brasileiros, o Governo Federal não deu atenção a um expressivo contingente nacional, os servidores públicos. Enquanto outros assalariados têm o seu poder de aquisição revisto a cada seis meses, o que é justo e necessário, servidores da União, dos Estados e dos Municípios, vinculados à administração direta, estão desamparados. Continuam com o reajuste anual, afundados nas dificuldades que o País inteiro conhece, não obstante, sua indiscutível colaboração aos interesses públicos da Nação. Na verdade, há algum tempo essa diferenciação vem ocorrendo, a partir, principalmente, da instituição de salários que ultrapassam os doze meses do ano. A matéria sofreu sensível agravamento com os reajustes semestrais, medida a que recorreu o Governo Federal para tentar restabelecer o equilíbrio social, há tanto arranhado pelo afundamento das diferenças estimuladas por uma política salarial fora da realidade. Coincide a atual política salarial com os índices mais altos da inflação e do custo de vida que o Brasil já conheceu. E, lamentavelmente, o servidor público foi excluído da Lei de Salários vigente, tornando delicada a sua subsistência, considerando que são semelhantes os encargos financeiros do funcionário da administração direta do Poder Público e do assalariado comum. A eliminação dessa distorção é impossível sem a recorrência ao Governo Federal, detentor de recursos financeiros gerados pela riqueza econômica de Estados e Municípios. Estes, todavia, pouco recebem do que produzem e não lhes resta outro caminho, senão, a adequação de suas possibilidades às necessidades mínimas e insatisfatórias da população que lhes presta serviços. O que se pretende, por extrema necessidade social, é a uniformização da política salarial brasileira, sem distinções, pois as dificuldades deste grave momento são rigorosamente iguais para todos os assalariados brasileiros. Esses, são alguns dos argumentos motivadores do presente requerimento, na esperança de que o Presidente João Figueiredo impulsione o seu Governo um passo adiante na política social, prioritária para a felicidade do povo brasileiro.

É o requerimento na forma regimental.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Ilustríssimos Senhores NORBERTO DA SILVA RATTO, mui digno Superintendente do



Banco do Brasil S/A e OLIVAL DE OLIVEIRA, mui digno Coordenador Regional do Banco Bradesco S/A, denunciando a falta de verba para financiamento agrícola no Distrito de Alto Alegre, em Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Em decorrência de ajuste noticiado, o Banco Bradesco instalou uma agência pioneira no distrito de Boa Vista da Aparecida em Capitão Leônidas Marques - Paraná e, recentemente, inaugurou um posto avançado no vizinho Distrito de Alto Alegre, cuja estrutura fundiária é composta de larga escala de pequenos agricultores.

Sabe-se que essa experiência de postos avançados, tem dado auspiciosos e positivos resultados com o Banco do Brasil e, a rede privada inicia também essa dinâmica de melhor atender o agricultor. Todavia, temos recebido reiterados apelos para que essa agência e sobretudo esse posto avançado aplique recursos em financiamentos para implementos, insumos e demais atividades agrícolas, pois, é permanente a alegação de que não há verba.

Torna-se incompreensível essa situação com as constantes entrevistas oficiais de que há verba para a agricultura. E é para solicitar, tanto do Banco do Brasil como do Bradesco, que se formula este requerimento, a fim de que esta Assembléia possa se posicionar ante o fato concreto, sobretudo tendo em vista os reiterados apelos dos agricultores em reuniões feitas com este representante de parcela considerável daquele povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Cel. Osvaldo Alves da Cruz, Diretor do DETRAN, solicitando a realização definitiva na cidade de Toledo, do exame psicotécnico para motoristas.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

O presente solicitado prende-se ao fato de já existem em Toledo duas unidades de ensino superior, exigência anterior do DETRAN para a implantação de tal serviço.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando a designação de Delegado Especial para investigar e apurar responsabilidades diante a crescente onda de furtos de gado na região Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Duas razões nos traz à tribuna nesta tarde. A primeira é para justificar um pedido que estamos fazendo ao Sr. Secretário da Segurança Pública, através do qual, solicitamos a designação de Delegado Especial para investigar e apurar a autoria dos crescentes furtos de gado que vêm ocorrendo na região Noroeste do Estado, mais precisamente nas cidades de São Pedro do Paraná, estendendo-se a Loanda, Planaltina do Paraná e Querência do Norte. Também em Mato Grosso do Sul tem havido grande número de roubos e já é comum um fazendeiro descobrir, num lote que deseja comprar, algum animal que lhe pertence e lhe foi furtado.

Tal providência se faz necessária e, com a máxima urgência, tendo em vista a inoperância das autoridades policiais da região diante do aumento vertiginoso de furtos e roubos

de gado.

Pode, inclusive, estar havendo a convivência de policiais lotados naquela região, pois nenhuma providência tem sido tomada, apesar das vítimas procurarem o auxílio das autoridades e até denunciarem ladrões. Pode, também, estar havendo inoperância da polícia, diante do poder que representa a quadrilha que age na região e, com isso atemorizar as autoridades encarregadas da sua apuração, o que aliás, não justifica.

Os pequenos e médios fazendeiros também estão ficando preocupados com a própria segurança pessoal, tal o desinteresse das autoridades, que até se recusam a registrar queixas de furtos.

Os pecuaristas estão assustados com as ramificações da quadrilha, que parece estar em toda a parte e contar com valiosa proteção, considerando nenhuma queixa tenha surtido algum resultado. Diversos criadores de gado já manifestaram o desejo de abandonar a atividade, caso os ladrões continuem agindo impunemente.

Segundo informações que obtivemos, somente este ano mais de cem cabeças de gado foram furtadas no Município de São Pedro do Paraná, dando um prejuízo de aproximadamente três milhões e meio de cruzeiros. E, como os furtos se estendem a toda região Noroeste, creio que os prejuízos atingem a cifras superiores a dez milhões de cruzeiros. Dados altamente significativos para que as nossas autoridades fiquem de braços cruzados. Daí a razão do nosso pedido, o qual, segundo o nosso entendimento, deve ser urgentemente aprovado por esta Casa e, com a mesma rapidez, acatado pelo Sr. Secretário da Segurança Pública.

O segundo assunto é, por coincidência, também relacionado com a área da Segurança Pública, mas não relacionado com furto de gado e, sim com furtos e roubos de veículos e outros objetos, com a participação de policiais lotados na Delegacia de Cambé.

Trata-se de um assunto por demais grave e muito longo, sobre o qual voltaremos a esta tribuna.

A verdade é que a conduta de maus policiais se omitindo no cumprimento do dever ou a convivência com marginais, são fatores altamente negativos e que tem colocado toda uma instituição ao descrédito da comunidade.

A Secretaria de Segurança Pública tem que adotar providências rápidas e extremamente enérgicas contra inimigos da sociedade que, valendo-se da sua condição de policial, vêm facilitadas suas ações anti-sociais.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que tem ocorrido na cidade de Londrina, envolvendo toda uma família, de bem, numa trama criminoso, é simplesmente inaceitável. Os policiais militares Luiz Freitas e um outro conhecido por Carraro, vêm há algum tempo, mediante coação e grave ameaça, forçando uma senhora casada, mãe de filhos, a praticar atos anti-sociais de toda espécie e, isso não podemos aceitar de forma alguma. A imprensa do Norte do Estado, no dia de hoje, no de amanhã, estará trazendo a denúncia dessa senhora de nome Irani, que não aguentando mais, resolveu vir a público como única forma de salvar-se e se ver livre desses marginais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto Telefônico no Distrito de Vila Guarani, Município de Terra Roxa.

Requer, ainda, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidente da Câmara Municipal e Prefeito Municipal de Terra Roxa, comunicando o teor do presente.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Vila Guarani, localizado nas proximidades do canteiro de obras da ELETROSUL, construtora da barragem de Ilha Grande, no Rio Paraná, e, conseqüentemente, terá sua população aumentada pelos trabalhadores que participarão da obra.

A instalação de um Posto Telefônico é absolutamente necessária, pois que com o aumento populacional da localidade faz proceder tal reivindicação, que, inclusive, foi apresentada também pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Terra Roxa, na reunião plenária da CACIOPAR, realizada em Foz do Iguaçu.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado e RENATO ANTÔNIO JOHNSON, DD. Secretário do Interior, solicitando a inclusão de Formosa D'Oeste no plano de combate à erosão.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

A região de Formosa D'Oeste tem sido seriamente atingida pelos problemas de erosão, tanto urbana, como rural.

É um município que tem um largo espaço do território às margens do Rio Piquiri, fazendo divisas com Alto Piquiri, onde o mesmo problemas tem causado grandes prejuízos econômicos.

O Município de Formosa D'Oeste, que agora ficou fracionado com o desmembramento do Jesuítas, sempre teve muita cultura de café e cereais, além da criação de gado.

Com o desmatamento de sua área, e com as constantes mecanizações agrícolas, o solo passou a ser agredido pelas chuvas, que levam enormes volumes de terras com humus, fazendo com que as vias vicinais sejam danificadas com grande facilidade, abrindo valetas nas estradas e lavouras.

O município é pequeno e sem recursos orçamentários para combater essa erosão, daí a necessidade da presença do Estado, nesta luta.

## Projeto de Resolução:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1º — Fica o Gabinete da 2ª Secretária, da Comissão Executiva, denominado de "Deputado Domício Scaramella".

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) RENATO BUENO

## JUSTIFICATIVA:

Vereador em União da Vitória pelo PTB de 1946 a 1951, neste mandato exerceu a Presidência da Câmara Municipal; de 1951 a 1954 foi Prefeito Municipal de União da Vitória, eleito pelo PTB; de 1954 a 1958 foi Deputado Estadual do PTB. Neste mandato ocupou os cargos de 2º Secretário (1955/1956) e 4º Secretário (1957/1958) da Assembléia Legislativa; reeleito Deputado no período de 1959 a 1963, pelo mesmo Partido, PTB. De dezembro de 1963 a janeiro de 1969, foi novamente Prefeito de União da Vitória, eleito pelo PTB.

De 1970 a 1974, foi Deputado Estadual eleito pelo MDB,

quando ocupou a 3ª Secretária.

Em 1974, foi reeleito Deputado Estadual, com 20.725 votos, tendo como principal base eleitoral a região de União da Vitória.

De 1972 a 1976, acumulou o cargo de Vice-Prefeito de também pelo MDB.

Em 1946 fundou e presidiu o PTB de União da Vitória, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ocupou no Diretório Regional do Paraná os cargos de Tesoureiro, Vice-Presidente e Presidente.

Presidente do Diretório do MDB de União da Vitória. No Diretório Regional do MDB no Paraná, ocupou os cargos de Secretário Geral, Tesoureiro e Líder na Assembléia.

Membro da Associação Brasileira dos Municípios de 1952 a 1954; Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, (1966), Secretário Geral da mesma Associação (1967); Presidente da Comissão Paroquial da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória durante 21 anos; fundador e Presidente do Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora de Aparecida de União da Vitória; Presidente do Orfanato Imaculado Coração de Maria de União da Vitória; fundador e membro da Diretoria do Asilo São Vicente de Paula de União da Vitória; Presidente da Associação Comercial e Presidente do Aero Clube da mesma cidade; Presidente do Avahy Sport Club e Presidente do Conselho Diretor e do Conselho Deliberativo do FERROVIÁRIO ESPORTE CLUBE, de União da Vitória.

Reeleito Deputado Estadual em 1978, pelo extinto MDB, com o advento da reforma partidária, voltou às suas origens trabalhistas, ingressando no bloco trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro, na Assembléia Legislativa do Estado, ocupando ainda no Legislativo paranaense, o cargo de 2º Secretário, até seu desaparecimento em 14 de outubro de 1980, quando faleceu DOMÍCIO SCARAMELLA, Cidadão Honorário de União da Vitória.

## PROJETO DE LEI Nº 147/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA MUNICIPAL PIQUIRIGUAÇU DE FUTEBOL, com sede e foro na Cidade de Guaraniacú.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

A Liga Municipal Piquiriguaçu de Futebol, tem por finalidade dirigir e representar o futebol amador do município, fomentar a prática do futebol como ramo importante da cultura física e representar o mesmo junto às autoridades e órgãos esportivos competentes.

Isto posto, esperamos contar com o devido apoio e a aprovação dos nossos Pares desta Casa de Leis.

## PROJETO DE LEI Nº 148/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA METALÚRGICA, com sede e foro na cidade de Guaraniacú.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação que regula a matéria.

A Sociedade Esportiva e Recreativa Metalúrgica, tem por finalidade proporcionar diversões esportivas e recreativas, estimular a educação física, corresponder-se com associações congêneres, estimular o convívio social, por meio de festas, promoções e jogos diversos, tudo sem fim lucrativo.

Isto exposto, esperamos contar com o devido apoio e a aprovação dos nossos Pares nesta Casa de Leis.

## PROJETO DE LEI Nº 149/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LINS DE VASCONCELOS, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche as exigências estabelecidas pela lei que regula a matéria em foco, tem a referida entidade por finalidade a criação, atendimento e desenvolvimento de órgãos de amparo e promoção humana à criança, ao adolescente, ao jovem e ao adulto socialmente desajustados. Procurando motivar a comunidade no sentido de prestar assistência social à família carente, ativando desta forma a formação cívica e o entrosamento na sociedade.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares com assento nesta Casa, o devido apoio e posterior aprovação.

## PROJETO DE LEI Nº 150/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor MARCOS AUGUSTO.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO

## JUSTIFICATIVA:

As atividades do Professor Marcos Augusto Enrietti, junto ao Departamento de Medicina Veterinária, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, de longa data vêm marcando e destacando o ensino paranaense no cenário nacional e internacional.

Não só no setor educacional, como no setor científico, social e familiar, a destacada personalidade do insigne mestre, justifica a homenagem que ora propomos a este brasileiro que muito tem realizado em proveito da educação do Paraná.

O "curriculum-vitae" do ilustre mestre, que acompanha o presente, prova a justeza da honraria que através deste projeto de lei, apresentamos à consideração dos Srs. Deputados com assento nesta Casa de Leis.

## PROJETO DE LEI Nº 151/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PROCOPENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR - Casa da Criança, de Cornélio Procopio.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

(a) ROSÁRIO PITELLI

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, é uma sociedade civil e que se propõe a amparar o menor abandonado da Comarca de Cornélio Procopio. Proporciona aos menores compreendidos entre as faixas dos 3 aos 14 anos, toda a assistência material, moral e intelectual, em caráter expressamente gratuito.

Considerando os relevantes serviços que vem prestando aos menores abandonados da Comarca de Cornélio Procopio, é que apresentamos o presente projeto de lei esperando o seu devido apoio.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Registramos a presença em nosso plenário, do Vereador Valdecyr Dranka, de Pato Branco, acompanhado de Sua Excelentíssima esposa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas com o propósito de fazer necessárias correções num sentido construtivo, ao meu ilustre amigo, Deputado Federal, por quem nutro uma grande estima e grande consideração, Deputado Amadeu Gera, é que venho a esta tribuna para necessariamente fazer observações que entendo serem importantes. (Lê)

"O ilustre Deputado Federal Amadeu Gera, do PMDB-Paranaense, registrou protesto na Câmara Federal ao descaso das autoridades federais para com os problemas do Porto de Antonina.

Para orientação do nobre Parlamentar, faço uso desta tribuna, esclarecendo alguns pontos que são do meu conhecimento e restabelecem a realidade dos fatos.

Durante muitos anos, o Porto de Antonina permaneceu desativado e não fosse o estudo prévio de viabilidade econômica realizado pela Secretaria dos Transportes, sob a égide de seu ilustre titular, Dr. Nivaldo de Almeida, hoje aquele terminal estaria encerrando suas atividades, como já era previsto e amplamente noticiado.

Foi a partir de uma nova fase econômica nacional — "a necessidade de alternativas energéticas" — que os técnicos portuários encontraram um caminho para o porto antoninense, transformando-o em terminal energético do Estado, destinado a receber carvão-vapor e repassá-lo para as indústrias de cimento. Sendo este o ponto principal de uma nova fase na história deste porto, que passa a ser reativado, não com medidas tipicamente paternalistas, como se reivindicava antes, mas diante da conjuntura econômica nacional é alternativa válida e viável.

A partir do momento que os governos estadual e federal encontram em Antonina a oportunidade de transformá-la em terminal energético é que começam a desenvolver os projetos de revitalização de maneira racional e viável economicamente até chegar ao ponto esperado de agora, quando a Companhia Brasileira de Dragagem deve entregar seus estudos finais para a dragagem do canal de acesso e bacia de evolução daquele porto, "abrindo um novo leque de oportunidades" para receber um volume cada vez maior de cargas.

Paralelamente aos estudos, medidas complementares foram tomadas a partir do ano passado, com a reativação imediata do ramal ferroviário pelo Ministério dos Transportes; aquisição de novos equipamentos, melhorando as condições técnicas do porto para receber o carvão-vapor, favorecendo

operações portuárias mais rápidas. Além disso, o Governo do Estado transferiu armazéns da extinta Companhia Antoninense para o porto, ampliando consideravelmente a capacidade de seus silos. A Secretaria dos Transportes executou oportuna recuperação de área para criar um pátio destinado exclusivamente à manipulação do carvão.

Neste mês está prevista mais uma nova fase de melhorias, com o início da restauração do cais e o reforço da ponte de atracação.

A eficiência das medidas adotadas até agora mede-se pelo próprio boletim de mercadorias elaborado diariamente pelo setor estatístico da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

De janeiro a setembro do ano passado, o Porto de Antonina movimentou 57.687 toneladas, contra 92.532 toneladas registradas em idêntico período deste ano.

Este desempenho mostra um acréscimo de sessenta por cento em relação ao de 1979, e favorece aos técnicos acreditar que o ano encerra com a movimentação de 150 mil toneladas. Um dado estatístico que sintetiza toda a ação do governo. Em especial, observa-se que o desempenho daquele porto, há três anos, não suplantava a marca de 40 mil toneladas anuais.

O Porto de Antonina não recebe do Governo medidas protecionistas, mas sim, soluções técnicas e econômicas viáveis dentro do contexto nacional.

Ainda sobre assuntos portuários, gostaria de aproveitar a oportunidade para congratular-me com o Governo do Estado, Secretaria dos Transportes, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Consórcio de Transportes e Serviços - Transporte Intermodal Rodomárítimo roll-on roll-off, Usina Siderúrgica de Minas Gerais, pela implantação do revolucionário e oportuno sistema ro-ro, que pretende reduzir 3.912 viagens de caminhões entre os Estados do Sul e do Nordeste, economizando nove e meio milhões de litros de diesel, permitindo ao Brasil importar menos 147 mil barris de petróleo anuais.

Além de estradas desafogadas, redução do desgaste das rodovias, mais segurança, frete barato e conseqüentemente preço final menor ao consumidor; o navio não enfrenta filas, semáforos, congestionamentos, como anuncia a publicidade veiculada nacionalmente e que levou excelente imagem do Porto de Paranaguá, e do Estado do Paraná.

O sistema roll-on roll-off, tem outra característica de importância fundamental para o trabalhador portuário: ele não reduz a oferta de trabalho, embora opere com sistema revolucionário em que o caminhão pesado entra no navio e deixa a carreta num dos côvses, a qual é retirada do navio por outro caminhão ao chegar no destino e sai rodando para entregar a carga porta a porta. Isto porque o trabalhador portuário irá continuar manuseando normalmente as cargas de cabotagem (viagens domésticas), e longo curso (rotas internacionais) e terá uma nova frente de oferta de serviços: a FRENTE QUE SAIU DA ESTRADA. Essas cargas direcionadas para o ro-ro, eram exclusivas do frete rodoviário e agora chegam ao porto para aumentar a oportunidade de trabalho dos operários dos sindicatos".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Torna-se realmente muito difícil provar a existência de corrupções. No entanto, quando a Executiva Municipal de um Partido diz e comprova as mordomias existentes, então quero crer que não restam mais dúvidas.

E o fato se deu, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, na ocasião em que o jornal "Alento", de Mal. Cândido Rondon, cuja diretoria é composta pelos Srs. Frederico Von Borsel, coincidentemente Presidente do PDS de Mal. Cândido Rondon, Sr. Ari Strenski, Secretário do PDS, Rauf Koniesiniak, Tesoureiro do PDS de Mal. Cândido Rondon e Ido Velt.

Em matéria publicada na edição correspondente aos dias 10 a 16 do corrente mês, afirma que propagandista deste Parlamentar teria adentrado o estabelecimento do CMEP, Centro Municipal de Ensino Profissionalizante de Mal. Cândido Rondon, destruindo material e vários objetos destinados a atender as festividades do "Domingo da Criança".

Não é de se estranhar, Sr. Presidente, que o referido jornal, na ausência de fatos que pudessem, durante a semana, comprometer a imagem deste Parlamentar, procurou envolvê-lo através de atos cometidos por terceiros.

Não é a primeira vez que o citado jornal, órgão oficial do PDS de Mal. Cândido Rondon, afinado com o comportamento e interesses pessoais de um Deputado que representa nesta Casa, busca denegrir os trabalhos deste Parlamentar que vos fala.

Mas o que estranhemos, Sr. Presidente, é que entre os objetos e o material pertencentes ao CMEP, segundo o jornal, patrimônio público que seria utilizado para atender as festividades do "Domingo da Criança", isso no dia seguinte do acontecido, e foi destruído pelo propagandista, segundo o jornal "Alento", entre várias garrafas de refrigerantes havia um litro de whisky quatro garrafas de cerveja.

E pergunto. Será que a Direção do CMEP de Mal. Cândido Rondon considera o alcoolismo como profissão a ser ensinada aos alunos?

Espero porém que aquela direção se manifeste a respeito, pois achamos anormal comemorar o dia da criança com bebida alcoólica. Se a moda pegar, Sr. Presidente, não haveremos de nos surpreender, se numa próxima investida deste referido propagandista, segundo o jornal, este vier a destruir pacotes de cigarros e outros tóxicos a serem utilizados durante as festividades do "Domingo da Criança", nas dependências da CMEP de Mal. Cândido Rondon.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não tenho condições de responder pelos atos do propagandista depredador, apontado pelo jornal do PDS, como não responderei em nenhuma circunstância, por atos de terceiros, ou pessoas que não estejam devidamente credenciadas ou tenham procuração nossa. Mas também, não podemos esconder a nossa indignação, o nosso repúdio, quando vemos um povo com o salário achatado e uma inflação galopante, oprimido, espoliado, com uma carga tributária cada vez mais opressora, ter que sustentar as mordomias de uns poucos de um CMEP que se curvam aos interesses do chamado comando político situacionista.

E o que é pior, Sr. Presidente, ocorre que este mesmo jornal, vendo a gravidade do fato e vendo que se havia traído a si mesmo dizendo que havia whisky e cerveja num centro de ensino, que havia sido destruído, veio, na próxima edição, a confirmar alegando a desculpa de que eram remanescentes do almoço de confraternização oferecido por ocasião de uma aula inaugural da FACIMAR.

Portanto, depreende-se disto que não havia somente uma garrafa de whisky nem somente quatro garrafas de cerveja. Estas eram apenas as sobras das mordomias patrocinadas pela Prefeitura, dirigida por um biônico, de Marechal Cândido Rondon.

Felizmente, sem apoiar atos como o do depredador, mas foi através dele que descobrimos e podemos provar publicamente, através do próprio jornal do PDS de Mal. Cândido Rondon, a existência dessas mordomias que são pagas pelo povo.

E diante disso, quero deixar aqui registrado o meu repúdio e conclamar mais uma vez a necessidade de termos que concorrer a eleições na faixa de fronteira.

Não existe mais razão nenhuma para continuar sendo nomeado pelo casuísmo, biônicos, caciques, que usam e abusam dos cofres públicos, e se deleitam em grandes mordomias. Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há aproximadamente 15 dias que no Paraná assistimos a uma mobilização geral da classe dos suinocultores, quanto à grave crise que se abate sobre este setor da economia.

Ontem, no Rio Grande do Sul, o Ministro da Agricultura anunciava que, finalmente, está aberta a exportação da carne suína, mas apenas para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Data vênia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná, como um todo, não pode silenciar ante esta decisão. Primeiro porque é totalmente contrária aos interesses da economia paranaense; segundo, porque esta medida é discricionária, e terceiro, porque ela não está embasada em qualquer critério racional e politicamente defensável.

Por que excluir-se o Paraná, exatamente o Estado que tem um dos maiores e melhores rebanhos suínos?

Por que escamotear a verdade que todos sabem?

Inclusive, foi o Estado que registrou o menor índice de tão propalada, decantada e inexistente peste suína africana. E nós, como paranaense, sabemos do alto grau, da qualificação dos nossos rebanhos suínos.

Por isso, Sr. Presidente, quando o Ministério da Agricultura, numa atitude discricionária exclui o Estado do Paraná, não podemos, em absoluto, ficar calados e omissos ante este fato.

Milhares de agricultores, na última semana, foram a Francisco Beltrão pedir ao Governo Federal providências para que fosse liberada a exportação da carne suína proibida desde que o Governo Federal, impensadamente, irresponsavelmente, divulgou e propalou uma inexistente peste suína africana.

Relatório da FAO relatou a inexistência da peste suína africana, mas sim, ter havido a peste suína clássica.

Agora diz o Ministro da Agricultura que o Paraná terá a possibilidade de exportar, desde que vacine o seu rebanho.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto é brincadeira: dizer que o Paraná não vem vacinando os seus suínos é pura brincadeira, é desconhecimento de causa ou é querer tapear a verdade.

E nós, como paranaenses, lamentamos que, mais uma vez, este Estado seja tremendamente prejudicado por medidas sem critério, por medidas discricionárias. Como calar ante uma medida que é um verdadeiro atentado à nossa economia? Foi o Paraná que abasteceu os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina de milho. E se hoje existe a crise no Paraná, é exatamente por causa disso. Porque foi o Estado que abarrotou os celeiros dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande. Milho que hoje está faltando para fazer rações e tratar dos nossos rebanhos suínos.

E quando chega a hora do Governo tomar uma posição em defesa da economia do Paraná, este Paraná que contribui com suas safras, quando chega a hora deste Governo devolver alguma coisa como medida de justiça, é o primeiro a massacrar ainda mais.

Por isso, estamos enviando um requerimento à Casa, para que nos posicionemos contra esta medida, exigindo, imediatamente, que o Paraná, juntamente com Santa Catarina e Rio Grande, tenha liberada sua exportação de carne suína. Porque só essa medida é que terá o condão de tirar a suinocultura da grave crise em que ela se encontra.

E digo mais: a insensibilidade do Ministro da Agricul-

tura é verdadeiramente espantosa, porque, justificar ou pretender justificar que o Paraná para conseguir isso tenha que efetuar a vacinação do seu rebanho, e a mesma coisa que dizer que no Rio Grande e em Santa Catarina se vacina, e aqui não.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que conhecemos que na prática — e aqui se dê razão à Secretaria de Agricultura do Paraná, a ACARPA e à EMATER, neste aspecto são copiadas por suas congêneres do Rio Grande e de Santa Catarina — e então, nós que servimos até de modelo para os métodos de vacinação usados nos outros Estados, quando chega a hora de o Paraná ser beneficiado, vem o Ministro da Agricultura, num desconhecimento total da realidade da suinocultura, argumentando, valendo dizer, de que aqui não se vacina, e nos outros Estados existe vacinação.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço à Casa que aprove esse requerimento, porque a minha vontade mesmo era dar um voto de repúdio a esse Ministro da Agricultura, porque demonstra, acima de tudo, desconhecer totalmente a pasta que dirige.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos hoje, solicitando a atenção de todos, e também o apoio dos companheiros desta Casa, para um requerimento que dei entrada nesta Assembléia, requerendo o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, sugerindo a imediata exoneração do Ministro do Planejamento Delfim Neto, por incapacidade administrativa.

Tudo o que estamos sentindo, neste País, está realmente servindo de margem para o caos total. Se o Governo continuar voltado para os interesses de uns poucos, esquecendo os interesses de toda uma espantosa maioria, os rumos não serão mudados e o barco tende a naufragar.

Ontem mesmo, assistimos aqui, ao lado da Assembléia Legislativa, junto ao Palácio Iguçu, a imagem de uma verdadeira guerra campal, uma imagem terrível com a segurança, deixando a cidade desprotegida para proteger apenas um prédio, o Palácio Iguçu. Isso aí não é mais nada do que o reflexo de um governo inseguro, que está nas mãos de um homem que hoje é o "bode expiatório" do Governo, chama-se Delfim Neto.

Quando este homem deixar a Pasta do Planejamento, temos certeza que os demais deverão exercer verdadeiras ações definitivas, para tentar reconduzir o País ao seu verdadeiro caminho.

Gostaríamos de inclusive, pedir apoio para a transcrição nos Anais da Casa, de uma matéria publicada no jornal "Diário do Paraná", pelo jornalista Luiz Augusto Juk.

Luiz Augusto conseguiu inclusive transmitir na sua matéria, o nosso pensamento. Diz ele:

"Delfim falou. O povo gravou. Quer ouvir?

"Com as medidas tomadas pelo Governo, a crise do abastecimento estará solucionada. A partir do próximo ano, não teremos que importar arroz, feijão e outros produtos. Não faltarão recursos para a agricultura. Tudo o que os produtores plantaram, será financiado e os preços mínimos serão remuneradores, cobrindo os custos de produção e oferecendo lucro razoável aos produtores. Isso é a capitalização da agricultura. Não haverá necessidade de recursos externos, porque o Governo definiu como prioritário esse setor e se ocorrer uma superprodução, é bom que haja excedentes, porque o Governo vai adquiri-los para formar estoques reguladores".

Esse pronunciamento foi feito no dia 21 de abril de 1979, pelo então Ministro da Agricultura Delfim Netto, na Associação dos Municípios do Oeste Paulista. Índio gravou tudo.

Passados 17 meses, o então Ministro da Agricultura eliminou dois colegas e se transformou no "todo-poderoso super-ministro do Planejamento", enquanto a panela dos pobres, a qual prometeu encher ficou ainda mais vazia. A promessa de que não precisaríamos importar alimentos básicos não foi cumprida e hoje decorridos 500 e tantos dias daquelas afirmações, continuamos importando feijão da Argentina, arroz lá dos confins do mundo e até tomate não se sabe de onde.

O ministro-planejador, no início deste ano mandou que os agricultores plantassem feijão à vontade. Os agrônomos, que são os que realmente entendem do assunto, foram unânimes em condenar o plantio fora de época. De nada adiantou a denúncia dos agrônomos e o resultado foi um prejuízo de um bilhão de cruzeiros, coberto pelo PROAGRO. Coisas de agricultora feita em gabinetes pelos agrocratas.

Como já é norma, passamos a importar feijão da Argentina e o povo hoje, assiste na televisão, filas astronômicas (que fariam às do INPS, varridas do mapa pelo Ministro Jair Soares, morrer de complexo de inferioridade) nas quais o povo disputa um pacote de feijão, agora só vendido no sistema casado, ou seja, para obter um pacote de feijão, o consumidor é obrigado a levar outro produto junto. O telespectador perplexo, não acredita no que vê, pois as cenas parecem aqueles que são verificados em Biafra ou Uganda e não no Brasil.

Já estão batendo as portas das cozinhas das desesperadas donas de casa, outras crises: a do arroz, do óleo comestível e do açúcar. A dona de casa que comprou o pacote de açúcar de cinco quilos por noventa e cinco cruzeiros, pela manhã do dia 03 e voltou a tarde para comprar mais um para reforçar seu estoque, já pagou cento e vinte e nove cruzeiros pelo mesmo pacote. Era o resultado do aumento de combustíveis. O índio gravou; quer escutar?"

Nós queremos então, Sr. Presidente, deixar aqui o nosso protesto, porque realmente estamos vivendo um regime autoritário, formado por Ministros inspirados do Palácio, sem qualquer respaldo e compromisso popular.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao penúltimo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde para expor verbalmente requerimento que apresento por escrito à Presidência da Casa, solicitando o envio de um apelo ao Sr. Presidente da República e aos Ministros do Estado da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda, solicitando medidas urgentes visando modificar o sistema de leilão de milho importado através da C.F.P. e colocado à venda pela Bolsa de Cereais de São Paulo.

Sugiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este sistema seja modificado para que o milho que está sendo desembarcado no Porto de Paranaguá, seja distribuído aos suinocultores e avicultores deste Estado através de um regime de cotas às Associações Paranaenses de Suinocultores e de Avicultores, sob controle governamental.

O requerimento está assim redigido: (Lê)

"Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Gal. João Baptista Figueiredo, aos Senhores Ministros de Estado da Agricultura, Amaury Stabile, Delfim Netto, do Planejamento, Ernani Galveas, da Fazenda, solicitando urgentes providências no sentido de modificar o sistema de leilão do milho importado através da C.F.P. e colocado à venda pela Bolsa de Cereais

de São Paulo.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam expedidos telex e ofícios com inteiro teor deste às autoridades acima mencionadas com cópias à valorosa bancada de representantes do Paraná no Congresso Nacional, em forma de apelo para que sejam determinadas urgentes providências para que a distribuição do milho importado pela C.F.P. seja feita através de quotas às associações de suinocultores e avicultores e não através de leilões pela bolsa de valores, conforme justificativa que segue.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Os suinocultores e avicultores do Paraná vivem momentos de verdadeira angústia e perplexidade em suas atividades face à baixa remuneração recebida por seus produtos e da constante alta dos custos de produção.

Para agravar ainda mais a posição — posição essa detalhada por milhares de suinocultores em praça pública na cidade de Francisco Beltrão, atestada pelo desespero de milhares de avicultores que ou estão abandonando essa atividade ou acabando com seus produtos e sentida pelo Senhor Carlos Viacava em reunião com dirigentes sindicais e autoridades em Curitiba — surge o dramático problema do milho, componente indispensável para o fabrico de ração para a alimentação de aves e de suínos.

Procurando encontrar uma solução para o problema, o Governo Federal decidiu importar o milho e promover sua venda na Bolsa de Cereais de São Paulo. Se a importação é medida correta para o momento de escassez a sua forma de comercialização é a mais desastrosa possível, conforme tem sido demonstrado às autoridades competentes pelos repetidos pronunciamentos dos ilustres presidentes de entidades rurais, como o Coronel Mário Stülder de Souza, Presidente da Federação da Agricultura do Paraná e Laércio Faustino Cardoso, Presidente da Associação Paranaense de Avicultura do Estado.

A comercialização do produto está sendo feita através de leilões da Bolsa de Cereais de São Paulo, sob a alegação de que é a forma "mais democrática" de atender a todos os interessados. A afirmação não passa de estultice de quem a formulou, pois é sabido que o pequeno suinocultor ou avicultor do Paraná não terá a mínima condição de participar de leilões na Capital paulista, seja pelas despesas de viagem, falta de conhecimento e assim por diante. Mas a comissão de 0,5% para os corretores da bolsa de cereais está assegurada gerando grande lucro a um pequeno número de pessoas.

Essa maneira de conduzir a comercialização do milho está causando prejuízos aos suinocultores e avicultores: é a chamada "inflamilho", pois o produto que estava sendo comercializado há 25 dias atrás no Paraná de 320 a 420 cruzeiros, subiu repentinamente a 700 a 720 cruzeiros a saca. O que ocorrerá? O produtor não terá condições de adquiri-lo a esse preço, os atravessadores farão grandes estoques e a nossa produção de suínos e de aves sofrerá os maiores prejuízos, perdendo, em consequência o próprio Governo, seja em termos de oferecimento de proteínas a população, seja em termos de exportação de aves, seja em termos de agravamento do êxodo do pequeno agricultor do campo para as cidades.

Mas a desastrosa decisão não fica apenas nisso: alguns navios estão o milho importado através do porto de Paranaguá e, através de trens, transportando-o aos Estados vizinhos especialmente o de São Paulo, passando por regiões e cidades paranaenses que necessitam do produto. Em consequência disso, criou-se o "passeio do milho", isto é, desembarcado no Paraná, passando por regiões consumidoras o milho vai até São Paulo para depois, o nosso desolado agricultor ir comprá-lo no Estado vizinho e posteriormente transportá-lo de volta ao Paraná. O que não se perde em termos de transporte, exatamente numa



época em que necessitamos de rígido controle no consumo de combustíveis?

Ao invés desse procedimento, o Governo Federal tem ao seu dispor uma outra solução, bem mais racional: o estabelecimento às Associações de Classe de quotas de milho importado, de acordo com as reais necessidades de seus associados, sob o controle governamental. Tal decisão, que precisa ser tomada agora e já, resultará em benefícios mútuos ao Governo e ao Produtor. A solução adotada do leilão interessa ao Corretor da Bolsa de Valores de São Paulo, aos atravessadores que com grandes compras irão inflacionar ainda mais o mercado e aqueles que não estão obedecendo a diretriz do Presidente Figueiredo em evitar o desperdício de combustível, por causa do já citado "passeio do trigo".

Esse é o quadro: creio, que o Governo Federal ficará ao lado do pequeno proprietário rural do Paraná contra os interesses da Bolsa de Cereais de São Paulo, reafirmando, a prioridade governamental de apoio à agropecuária.

Do inteiro teor deste, solicita-se que se dê conhecimento às seguintes pessoas: Cel. Mário Stlader de Souza, Presidente da FETAEP; Laércio Faustino Cardoso, Presidente da APAVI, bem como aos Sindicatos Rurais da região Oeste e Sudoeste do Paraná, representantes da APAVI no interior e núcleos e sub-núcleos de produtores de suínos das citadas regiões e Presidentes de Câmaras e Prefeitos da região Sudoeste do Paraná."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, último orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos oradores que nos antecederam, falando sobre o problema do milho, o problema do feijão, do Paraná e do Brasil. Negligência, Sr. Presidente, negligência, Srs. Deputados. Negligência existe nos ilustres Ministros de Planejamento e da Agricultura. Negligência existe porque o povo já não aguenta; o povo do Brasil, o povo do Paraná não aguenta a negligência dos setores da agricultura do Paraná e do Brasil. Esta negligência que nós estamos vendo de braços cruzados. Esta negligência que nós estamos vendo o Paraná, um dos maiores celeiros agrícolas do Brasil, a sofrer a falta do feijão. A falta do amparo ao suinocultor. A falta de amparo ao homem da lavoura. A falta de amparo ao homem que moureja no campo e precisa ser amparado.

Nós temos que sair deste ostracismo e vir de público dizer que o Sr. Secretário da Agricultura é um negligente, vir de público dizer que o Sr. Ministro da Agricultura é um negligente. Para que amanhã, neste emaranhado deste povo que está a protestar. Deste povo como o suinocultor, agora mesmo defendido pelo nosso companheiro Luiz Alberto de Oliveira, temos que dizer de público que a negligência nasce do nosso Estado, dos mesmos responsáveis pela agricultura paranaense. Temos que dizer que o nosso Secretário, o nosso Ministro da Agricultura também são negligentes. O nosso Ministro do Planejamento é um homem que está voltado às multinacionais, deixando o povo sem crédito. E nós, extasiados, estamos olhando a caravana passar. Estamos olhando a trituração do pobre. Estamos olhando a nossa própria trituração.

Então é isto que o nosso País precisa: é o consenso de humanidade; uma unidade de todos os pensamentos, de todos os homens que não se curvam para negligentes, que estão nos postos-chaves. Para que o nosso Partido, o Partido Democrata Social, se incorpore ao lado do povo, se incorpore ao lado do suinocultor. É uma vergonha, Sr. Presidente, é uma vergonha, Srs. Deputados, o Paraná clamar por milho. Esta terra generosa, uma das melhores terras do Brasil e do mundo, está claudicando, porque não tem amparo nos setores agrícolas, porque eles só pensam em fazer política rasteira.

E é neste instante, que queremos dizer aqui e dar os nossos parabéns aos homens que foram àquela tribuna e que vieram a esta, para nos incorporarmos num só pensamento ao lado do povo, antes que o povo faça justiça com suas próprias mãos. Antes que o povo ponha um basta nós homens que desviam rota de avião, para trocar uma roupa em Brasília. É isto aí o quadro brasileiro, Sr. Presidente, é isto aí o quadro paranaense, Srs. Deputados.

Nós no Paraná temos que importar milho; é uma vergonha uma falta de capacidade, dos setores agrícolas paranaense e brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A "Gazeta do Povo" de ontem, dá uma notícia que o Governo pretende oferecer um abono de 30% ao funcionalismo estatutário do Estado, e faz, no meu entender, uma interpretação, ou deixa margem a que se faça uma interpretação duvidosa quanto ao limite desse abono que chega a ser Cr\$ 4.500,00 por pessoa.

Acontece, Sr. Presidente, que não se pode excluir o raciocínio de que a grande maioria do funcionário público estadual, hoje, até o nível 16 encavalado, percebendo de acordo com o Diário Oficial do dia 15 de outubro, Cr\$ 5.187,00, isto equivale dizer que cerca de 70% dos funcionários públicos estatutários, principalmente do Poder Executivo e Judiciário, não receberão um abono maior do que Cr\$ 2.000,00 por pessoa, por funcionário.

Acontece mais que o Governo está propalando a notícia de que terão um abono de Cr\$ 4.500,00 os que ganharem mais do que Cr\$ 15.000,00.

Uma ironia, Sr. Presidente, porque o nível 30, que é o maior nível, hoje, de classificação do funcionário público do Estado, percebe com a inclusão de parcela adicional social nada mais do que Cr\$ 13.169,00. E diga-se de passagem, no ano passado, nenhum funcionário estava lotado no nível 30; a grande massa do funcionalismo público do Estado não vai além do nível 17 e 18.

Por aí, Sr. Presidente, não dá para entender o que pretende o Governo com esta chamada fórmula paliativa para o funcionário público calar a sua boca sobre direitos que tem de receber um ordenado, um vencimento, uma remuneração condigna com o seu exercício funcional, muitos dos quais já estão há mais de 20 anos, como por exemplo, uma grande parcela de motoristas que, inclusive, servem neste Poder, emprestados ou adidos, e que ganha Cr\$ 4.149,00, de acordo com a Constituição Estadual.

É lamentável, termos que vir a esta tribuna para contestar a propalada notícia de que grande maioria dos funcionários receberia Cr\$ 4.500,00.

Mas, eu pergunto: quem vai receber Cr\$ 4.500,00? Apenas aqueles que estão circulando nas secretarias com cargos em comissão, estes sim, receberão, mais uma vez, os privilégios dos que estão no poder.

Sr. Presidente, gostaria de ocupar todo o Grande Expediente, para tecer comentários a respeito desta escabrosa injustiça, mais uma vez, com o pequeno, com o humilde, com o menos remunerado funcionário público deste Estado.

Mas, quero aproveitar, Sr. Presidente, de passagem, para falar sobre o problema do professorado paranaense.

O professor paranaense, Sr. Presidente, vem claudicando ao longo dos tempos; recorda-se que em 1976, esta Assembléia se viu repleta de representantes do magistério que para aqui



acorririam, buscando um posicionamento mais compatível com a sua classe, para se fazer, para se instituir o magistério do Paraná.

Ali o Governo se comprometeu a determinadas prerrogativas que seriam feitas através de regulamentação por decreto. E, até agora, nada disso foi feito. O magistério, depois de vários congressos, entrou em greve no ano passado, postulando reivindicações da mais lúdima justiça.

Este ano, depois de reuniões e assembléias que se espalharam durante quase um ano, pelo Paraná, chegaram ao cúmulo de deflagrar uma greve que teve seu ponto máximo — greve que postula, que reivindica, que deseja um tratamento não só com os professores, adequadamente com os professores, mas postulam muito mais do que isso: desejam os mestres uma reformulação inclusive na política educacional. Buscam uma reformulação dos costumes básicos da nossa população. Para depois, colocarem, nas suas reivindicações, entre outras, um piso salarial correspondente a três salários mínimos regionais.

Chegou-se a dialogar com o Governo.

Recebeu-se a adesão da grande maioria do magistério estadual paranaense. O Governo, através de seus fartos meios de comunicação, divulgava a sua atitude de benevolência, de atenção, à reivindicação do magistério.

Acontece que muito fácil é chegar à televisão, aos jornais, à imprensa, ao rádio, e colocar no ar um raciocínio oficial. Entretanto, o magistério conscientizado, através de suas constantes assembléias, de seus constantes comunicados, dá um exemplo de que, inclusive a classe política não está preparada para encarnar o pensamento que, hoje, existe na sociedade. Que é um pensamento muito mais avançado que a visão dos homens que hoje comandam os destinos dos estados e deste País.

Sai gratificado, ontem, por ter sido vaiado representando a classe política. E sai gratificado quero dizer por quê: depois que as prerrogativas do Congresso Nacional foram escamoteadamente engavetadas, arquivadas, postergadas, ali também ficou arquivada não só a classe política, não só o Congresso Nacional, ficou arquivada a incompetência do Governo que, nesses 16 anos, tem se mantido no poder, através dos órgãos de comunicação, manipulados através do arbítrio.

Sr. Presidente, a sociedade civil está se sublevando, a sociedade civil não suporta mais um regime implantado neste e nos demais Estados da Nação.

Vejam-se o que disse o Ministro da Educação e Cultura: que não dispõe de autonomia para deliberar, para gerir os negócios da Educação no País, ele é um mero repassador de recursos providos do Planalto.

A sociedade vive um dos caos mais profundos, mais agudos que a História do Brasil tem contemplado, desde a sua descoberta.

**O Sr. Fiori Luiz** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputados desta Casa estiveram ontem acompanhando a manifestação do magistério paranaense frente ao Palácio, que foi transformado, infelizmente, desgraciadamente em um "monker", lembrando o ex-somoza, com cães amestrados, metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, quase mil policiais, Corpo de Bombeiros. Foi uma bela recepção do ex-Ministro da Educação aos mestres do Paraná, sem dúvida alguma.

O que nos entristece é que os fatos estão acontecendo, os problemas explodindo nas portas do Palácio Iguaçu, e o Governador do Estado, preocupado no lançamento em 1.982, conforme o jornal de hoje "O Estado de São Paulo", estampando a foto do Governador com a manchete: "Ney anuncia que deseja disputar Presidência. Em 82, admite ser pretendente ao Senado da República e em 84 concorrer à sucessão do

General Figueiredo".

Justamente o homem mais desprestigiado na área federal, se lança candidato à Presidência da República. Deve ter memória curta o Governador Ney Braga, do episódio da sucessão de Geisel, quando ali começou o desprestígio do Paraná a nível federal. Só podemos entender como uma brincadeira de mal gosto de um Governador que está em recuperação, que está doente sob tratamento médico, deveria isto sim, ter uma autocrítica o Governador do Estado e se afastar do Executivo Estadual para tratamento de saúde, deixando o Governo para o Vice Osken de Novaes.

O Paraná não pode ser dirigido pela metade. E ontem, tivemos mais um exemplo disso, o Governador não tem mais as rédeas do Governo, a diligência está descendo o despenhadeiro e, além do aspecto de interesse público, porque o Paraná está perdendo inclusive verbas pela ausência do Governador em Brasília, há outro aspecto que é humanitário. Não podemos exigir do Governador que vá além das suas forças, ele não pode exercer o cargo efetivamente, ações que deveriam ser do Chefe do Executivo, possivelmente estejam reservadas a esta altura aos seus auxiliares mais diretos.

Eu apelo em nome dos professores que estão em greve, com as reivindicações desatendidas, que o Governador pare de sonhar com a sua candidatura ao Senado em 82 e que ponha os pés no chão, e que enfrente esta realidade que está aí, a realidade de hoje, dos problemas que afloram e desabrocham no Estado do Paraná, como um exemplo ontem que envergonhou, que colocou luto no Estado do Paraná, aquela verdadeira junta militar na frente do Palácio, aquele aparato para recepcionar professores que ordeiramente, pacificamente, prestavam a sua manifestação nas ruas de Curitiba,

Senti vergonha de ser paranaense ontem, porque hoje todos os jornais estampam, os dois cordões de policiais separando o Palácio dos professores, como se os mestres fossem marginais que fossem invadir e quebrar o Palácio. Mas, eu acho que a polícia estava lá mais para proteger o Governador do que ver o problema dos professores.

Entendemos que é o momento de ter uma autocrítica e pedir renúncia. Porque os problemas se afloram dia a dia no Estado do Paraná e o Governador mais do que nós, sabe que não tem mais condições físicas para continuar dirigindo os destinos neste Estado do Paraná.

Obrigado, Deputado.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem enriquecer este modesto pronunciamento sobre os problemas do Magistério.

Falou muito bem Vossa Excelência do aparato policial quixotesco, que se fez ostensivamente em frente ao Palácio Iguaçu. E, é de se observar, que não fôssemos nós Deputados, plantarmos na frente do Palácio para evitar o cerco policial, provavelmente os professores poderiam ter sido agredidos antes de chegar às suas proximidades. E, ouviamos dos policiais aos sussurros, a solidariedade ativa contra esta grosseria do Poder, contra as reivindicações de salários básicos condignos de uma vida humana apregoada em todas as Cartas dos países democráticos.

Srs. Deputados, realmente será belo o dia em que a educação tenha recursos para efetivamente educar as nossas crianças; porém, mais belo ainda será o dia em que os militares para comprar tanques e fuzis para a guerra tenham que fazer como agora os professores fazem, rifas e quermesses para terem os recursos necessários para serem aplicados na educação.

Os fundamentos básicos das reivindicações do magistério estão consignados num documento que foi firmado e encaminhado ao Governo do Estado, em 18 de julho de 1.980, com as respostas negativas do Governo expressa e acintosa-mente, tão acintosa quanto a forma de investidura que esses

homens têm tido no curso desses 16 anos.

Mas, Sr. Presidente, o que há de injustiça, de impossível na concessão do piso salarial reivindicado? Primeiramente, o piso de três salários-mínimos não era nada mais do que voltar próximo aos idos de 69, quando a professora normalista já recebia a parcela correspondente a 2,6 salários-mínimos regionais da época. Hoje percebem 1,2 salários mínimos vigentes na nossa região.

Sr. Presidente, agora com o novo aumento de novembro do reajuste semestral, do quadro de servidores da iniciativa privada...

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se Vossa Excelência tiver paciência eu o concederei com muito gosto, brevemente.

O Sr. Airton Cordeiro — Eu esperava que Vossa Excelência desse essa resposta antes, então.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado.

Sr. Presidente, hoje o salário mínimo é de Cr\$ 4.150,00.

A grande parcela com a futura elevação de salário mínimo vai ter que recorrer à Constituição do Estado para receber no mínimo o salário-mínimo vigente, porque não é dado o direito do reajuste semestral, como é dado às categorias da iniciativa privada.

Sr. Presidente, o quadro é desalentador e percebemos ontem, nas entranhas e nas caladas sinuosas do Palácio, inclusive, antes mesmo de adentrarmos no Palácio, que muitos dos Srs. respeitáveis Deputados da Situação conseguiram entrar pelas portas do fundo e acorreram aos representantes de professores que queriam ir ao Palácio e cujos comandantes policiais não permitiram, de início, o adentramento do representante.

Foi preciso que nós, Deputados da Oposição, tivéssemos que recorrer ao pensamento democrático de que se a representação situacionista poderia ir ao Palácio, à Oposição também caberia o direito, mesmo à revelia da classe do magistério.

Sr. Presidente, este quadro que nós estranhemos, estranhemos dos professores, e quero dizer aqui publicamente, que muitas vezes ignoram a luta da Oposição nesta Casa e a nível federal com relação ao magistério no curso dos anos, que os seus salários, as suas reivindicações e os seus direitos estão defasados, estão postergados. Esta Oposição que no curso desses anos, Sr. Presidente, tem sofrido mutilações nos seus quadros, tem sofrido constrangimento e até constrição, tenha sido também execrada pelo juízo apressado de alguns que desconhecem a luta desta Oposição.

É verdade, oposição até certo ponto consentida, mas não uma oposição agachada, canhestra e a serviço dos poderosos.

Concedo o aparte ao primeiro solicitante, Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo tema que leva na tribuna, nesta tarde.

Sobre a primeira parte do pronunciamento de Vossa Excelência, com referência ao abono que o Governo, demagogicamente, anuncia que vai dar ao funcionalismo público no mês de dezembro, queria dizer a Vossa Excelência de que é altamente demagógica a sua jogada. Veja Vossa Excelência que a inflação acumulada nos últimos doze meses, supera em muito os cem por cento. A inflação dos primeiros nove meses deste ano, está acima de sessenta por cento e deverá chegar, em dezembro, além de oitenta, chegando até os noventa por cento e o funcionalismo público irá receber setenta e dois por cento a partir de janeiro de 1981.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero fazer uma correção, não é setenta e dois por cento. É setenta e dois por cento menos uma parcela que vai ser diminuída da parcela de contribuição previdenciária.

O Sr. Darcy Deitos — Então veja de que o salário do servidor

público está completamente defasado; porque ele teve um reajuste de cinquenta por cento para 1980, enquanto que a inflação dos últimos doze meses, terminados em dezembro, foi quase noventa por cento. Veja que esta jogada de trinta por cento de abono de emergência, é altamente demagógica, é para vender jornais. Como é altamente demagógica a campanha que o Governo faz pela televisão, pelo rádio, difamando os professores. Ainda ontem, tive oportunidade de ouvir uma senhora, professora, que fazia a passeata e dizia que a hora em que o Governo começou a difamar os professores com estes comunicados através da televisão, dos jornais, do rádio, é que o movimento realmente desengrossou. Ela disse-me ainda, que o que viu ontem no Centro Cívico do Estado do Paraná, com a polícia lá atrás com metralhadoras, com bombas de gás lacrimogêneo e com cachorros amestrados para dispersar os grevistas, ela disse que se arrependia até o último cabelo que tinha na cabeça de ter ajudado a manter este sistema despótico nos últimos dezesseis anos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a Vossa Excelência.

Quero dizer mais, agradecendo esta inserção deste aparte de Vossa Excelência que, enquanto se dialogava na entreporta da sala que serviu de palco às discussões entre três Secretários e os representantes do Magistério nós assistíamos, impacientes o vaivém de comunicações de Secretários com o Governo, que se dizia ausente do Palácio e que, na verdade estava presente e não quis atender aos professores.

E o pior é que depois de muita luta, já nas caladas da noite, que não se chegara à nenhuma conclusão, este Deputado, — um dos únicos até então presente àquela altura, postulávamos a necessidade do Secretário da Educação e Cultura, do Secretário da Casa Civil, de se chegar a uma racionalização dos entendimentos.

Não é possível chamar os professores de radicais quando o Governo radicaliza o seu posicionamento, que era inarredável o documento que o Governo tinha entregue aos professores, como forma de ajuste, de entendimento. Ora, se os professores, depois disto, descem à frente do Palácio, comunicam ao Magistério, transformando aquela passeata numa assembléia extraordinária, para lhes conferir poderes para dialogar, em diminuição das reivindicações básicas dos três salários, que se passou a dois e meio, mesmo assim, o Governo não quis aceitar. E o Secretário chegou a ser grosseiro com os professores e com este Deputado. Depois de dizerem que não era possível sair da base que tinha sido formalizada, de dois salários-mínimos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem é radical neste País? São os que reivindicam ou os que detem a força, o mando dos destinos do País e dos Estados.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo depois que permitir ao Deputado Airton Cordeiro, solicitando que Vossa Excelência seja breve, que tenho muito a falar.

O Sr. Airton Cordeiro — Eu agradeço e usarei o horário da Liderança do meu partido.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado. Concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O Governo tem feito um esforço supremo para tentar justificar sua posição, sob a alegação de que não existem recursos para atender às reivindicações do magistério.

Se Vossa Excelência compulsar a Mensagem número 63, que capeia o Projeto de Orçamento do Estado, Vossa Excelência verá que o Governador do Estado do Paraná, Sr. Ney Braga, confessa ao Poder Legislativo até com bastante vaidade, que o Estado do Paraná, tem conseguido nos últimos Orçamentos, manter superavit.

Na própria justificativa do Orçamento há o esclarecimento

de que no exercício de 1979, o Estado arrecadou mais do que gastou: Cr\$ 628.000.000,00. E Vossa Excelência não deve desconhecer do comentário insistente, que corre, aqui em Curitiba, na "boca maldita", de que esse "superavit" que o Governador confessa na sua Mensagem, mas que não diz o "quantum", diz apenas: com muita satisfação, que no corrente Orçamento existe "superavit", isso é pacífico, todos sabem, as super safras estão aí, as próprias autoridades estaduais alardearam isto, comenta-se que este "superavit", estaria hoje na casa dos Cr\$ 8.000.000.000,00.

Então, nobres Deputados, acredito que para o Governo do Estado assumir uma posição verdadeiramente honesta, ele deveria dar o "quantum" deste superavit hoje.

Se ele confessa que existe um superavit, para realmente nós sabermos se o Estado pode ou não pode. Porque esta é a versão do Estado que não pode atender aos recursos, mas confessa por outro lado que tem um superavit.

Então, nobre Deputado, tramita na Casa um requerimento nosso, para interrogar o "quantum" desse superavit. Vamos ver qual é o comportamento da Casa, sobre este aspecto.

Muito obrigado.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Concederei em seguida, nobre Deputado João Mansur.

Eu quero dizer o seguinte: depois da implantação dessa sistemática orçamentária nacional, que os tecnocratas inventaram, esse geitinho específico, dos trinta por cento de manejo sobre o orçamento, para esses tipos de manobras, ficou muito fácil, desse Executivo, que é o único Poder vigente no País, Poder pela força, pelo arbítrio, e por todas as formas de investidura discricionária.

Por esta razão é que se arroga o direito e a prerrogativa, divina até, de não dar satisfação ao povo brasileiro.

Concedo o aparte ao Deputado João Mansur.

O Sr. João Mansur — Nobre Deputado ...

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Esta Presidência comunica que o orador tem um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Presidente.

Concedo esse minuto ao Deputado João Mansur.

O Sr. João Mansur — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, sempre me incorporei aos movimentos reivindicatórios. Mas, nesta oportunidade, deixo de entrar no mérito da discussão desta reivindicação do magistério paranaense, mesmo porque eles se manifestaram por diversas vezes de que não admitem a participação dos Parlamentares neste movimento.

E eu pretendia na tarde de hoje, ainda, apresentar um requerimento à Casa, para que se formasse uma comissão de Parlamentares, da Comissão de Professores, de homens do Governo, no sentido de se encontrar um denominador comum, para este impasse que vem causando tantos prejuízos à juventude estudiosa de nosso Estado.

Mas, lamentavelmente, depois que tomei conhecimento da decisão dos professores da não participação dos Parlamentares retirei meu requerimento.

Mas, quero dizer, nobre Deputado, que discordo, em parte, do Deputado Fiori Luiz, quando ataca o Governador Ney Braga, dizendo que é um homem que não poderia estar à frente de um Governo, porque está doente. É lamentável, porque ele, e só ele, sabe de suas condições para dirigir os destinos do Estado. E, mais do que isso, ele recebeu, através de um atestado firmado por três dos mais íntegros médicos do nosso Estado, dando condições para que ele voltasse à Chefia do Executivo paranaense.

De modo que, perdoe-me o Deputado Fiori Luiz, porque

ele incorreu numa das mais graves injustiças, a um dos maiores Líderes desta Nação, que é o Governador Ney Braga.

E com relação à passeata, nobre Deputado, eu assisti à chegada dos professores, ontem, pela Avenida Cândido de Abreu, e discordo plenamente de Vossa Excelência, porque o Governo propiciou todas as condições para que essa passeata se realizasse; foram bloqueadas ruas para que o professorado pudesse fazer a sua passeata dentro da ordem e do respeito.

Com respeito aos policiais que se encontravam em frente do Palácio, é evidente, é normal, que tivessem tido todas as precauções, não contra os professores, porque o Governador Ney Braga tem o maior respeito pelo magistério do nosso Estado; mas, contra possíveis elementos que pudessem se infiltrar dentro do movimento do magistério - que consideramos justo - e querer depredar o patrimônio do nosso Estado, que é o Palácio Iguaçu.

De modo que respeito a sua posição, a defesa que Vossa Excelência faz. Não me incorporo a ela, porque fomos dispensados, todos nós, todos os Parlamentares desta Casa, pelo magistério paranaense, que não admite nossa interferência.

Por esta razão, eu que sempre me enganei em todos os movimentos, reivindicatórios, deixo de fazê-lo nesta ocasião, e retirei o meu requerimento que propunha a constituição dessa Comissão de Deputados desta Assembléia Legislativa, do Secretário da Educação, do Secretário do Planejamento, do Secretário da Fazenda, enfim, dos homens também responsáveis pelas finanças, para ver se chegávamos a um denominador comum.

Porisso, nobre Deputado, agradeço o aparte de Vossa Excelência, e não poderia deixar de fazer estes esclarecimentos, nesta tarde.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: educação é um bem público que pertence à cidadania brasileira, a todos os brasileiros. Nós fomos investidos não só pelo magistério, mas, pelo povo paranaense, para servir aos seus desejos, aos seus anseios e reivindicações, e muito acima de categorias, nós devemos aceitar o desafio de nossos tempos, e aceitar também a posição de Parlamentares que somos, e irmos atrás de solucionar os problemas que interessam à vida política e à vida pública de nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

(Usará o horário da Liderança, o nobre Deputado Nelson Friedrich).

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No espaço da Liderança, devemos falar sobre o pecado do padre, o pecado do professor, mas sabemos que o inferno é do Governo.

Dois fatos, aparente e geograficamente distantes, de origem social diferente, dão a medida exata, e em profundidade, dos problemas políticos do Governo.

Tais fatos evidenciam a abertura apertada em que vivemos. Para o Governo Federal, a igreja e sua ação social, sua opção pelos pobres, é um caso de polícia. O Governo expulsa um missionário, há muitos anos integrado na luta em favor dos marginalizados, em favor dos pobres do Nordeste.

A alegação apresentada é de que se negara, o Padre Vito Maracapillo a celebrar uma missa solicitada pelas autoridades municipais de Ribeirão, município pernambucano. Mas a verdade é que o religioso foi expulso porque praticou o terrível pecado de ajudar os pobres irmãos, trabalhadores rurais, como ele mesmo diz, quando ludibriados em seus direitos, o que produz um enorme desagrado às autoridades e pessoas interessadas na manutenção do estado de coisa, e que esse mesmo estado vige na pátria brasileira.

Só para o adendo, o próprio padre, sob ameaça de expulsão, manda carta ao Presidente e diz: "para que seja esta carta anexada aos autos de processo da Polícia Federal, não ter questionado a independência do Estado, mas sim a do povo, além de recusar-se a aceitar a intromissão da Prefeitura na vida da igreja, pois nada tinha sido combinado sobre a realização daquela missa.

Diz o padre, em sua missiva ao Presidente da República:

"Qual é a efetiva independência de camponeses que mal ganham o salário-mínimo, de professores que são obrigados a auto-censurar-se para não perder a vaga, de desempregados, cuja única perspectiva é a migração, não se trata de algumas pessoas. É a situação do povo de Ribeirão. Denuncia o padre a Figueiredo.

E acrescenta: "o que alguns grupos de Ribeirão pretendem é sujeitar a igreja aos próprios interesses. E quando ao menos silenciá-la".

E conclui o sacerdote: "minha eventual expulsão atingiria, mais uma vez, o povo sofrido de Ribeirão e desacreditaria a imparcialidade e o bom conceito da autoridade junto a ele."

Sr. Presidente, há força para expulsar o padre, há o Estatuto do Estrangeiro que agora, mais uma vez, a Oposição brasileira e as forças democráticas não comprometidas com este regime, com este poder, em razão porque o Estatuto passa a ter sua aplicação dirigida naquilo para o qual foi feito.

Para o padre: para expulsá-lo, há o caso de polícia. Mas, não existe caso de polícia para apurar os atentados terroristas, ou alguém esqueceu? Como não há caso de polícia para responder como andam as investigações e apuração do atentado a um padre, também, ao Padre Mamede, de Teófilo Otoni.

E onde se encontra o sacerdote desaparecido do Rio Grande do Sul, há alguns meses?

A rapidez é olímpica contra o Padre Vito Maracapillo expulso sumariamente. Para o Sacerdote, portanto, a Justiça dos senhores do engenho, a justiça do dono da usina.

Para o Governo Federal, a igreja e sua ação social e a opção pelos pobres é caso de polícia, mas para o Governo do Paraná, a questão da educação no que diz respeito ao pretenso diálogo professor-Governo, também é um caso com polícia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como se isso não bastasse, como se não tivesse a evidência e a rapidez de raciocínio do Deputado Fiori Luiz, há pouco dito que o ex-Ministro da Educação e Cultura do País, recebe o educador com um aparato policial, o General, nosso Governador assim procede. Mas, há poucos dias ou há poucas horas, um outro General, Coelho Neto, ao dar uma aula inaugural de Educação Moral e Cívica, em Minas Gerais, se desvia do seu pronunciamento e agride toda a igreja, agredindo em especial alguns setores, taxando-os, inclusive, de comunista.

Talvez, o padre expulso, não tenha tido aulas de Moral e Cívica e não é domesticado, dominado, muito menos dócil na sua sociedade. Porque talvez, se tivesse recebido, ele não seria um caso de polícia como é hoje.

Mas, o missionário que fez opção pelos pobres, alertando a sua gente e os seus crentes para libertação do povo e do homem no seu todo, quebrando o processo de domesticação, de submissão submetida à sociedade brasileira, talvez, seja esse o seu grande pecado. Mas, o missionário como disse, no seu ato, também não está distante do professor do Paraná no seu ato. Porque são dois fatos - repito -, geograficamente distantes, mas muito próximos na questão política e social do País.

Porque o professor não está só afrontado quando o aparato policial lhe é imposto e assim ele é recebido pelo ex-Ministro da Educação e Cultura, o General Ney Braga. Mas, o professor que também deve dar aula de Moral e Cívica, não pela voz e pelas intenções do General Coelho Neto de Minas Gerais. Mas, esse professor ficou ainda mais afrontado, quando o processo enganoso foi colocado no meio de comunicação de todo o Para-

ná mistificando dados e a altos custos e temos um requerimento de um companheiro de Bancada, para saber quantos foram as verbas gastas.

Nessa veiculação, os professores tiveram aí uma grande afronta, a eles, não foi possível dizer o que pretendiam, como deviam fazer a não ser excepcionalmente, por uma ou outra veiculação noticiosa.

Se esta Assembléia Legislativa tem condições de fazer aqui um estudo e participar de uma ampla análise da questão do funcionalismo e, inclusive do professor, portanto, conforme proposta embora retirada do requerimento mas, a idéia fica de um Deputado situacionista.

É importante que possamos também, então, assumir esse pleito. Porque se os professores estão afrontados, não pelo que aconteceu ontem mas, pelo que vem acontecendo nos últimos anos, não é porque ele também está atrás e tão somente da questão de numerários de vencimentos, há sim e o Estado não pode ignorar e a Assembléia não pode se esconder, há é a grande crise da educação. E, quando o professor inclusive reivindica efetivamente o Estatuto do Magistério, está nesta reivindicação inserida a melhoria para o professor mas, também, para o aluno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não basta mais vir à tribuna e repudiar a expulsão do padre que, talvez, o Supremo Tribunal Federal possa recuperar a altivez que, às vezes, titubeou nesses anos de obscurantismo. Mas é possível também que diante da continuidade da greve dos professores, também venham, porque as ameaças existem, repressões, inclusive administrativas aos mestres. Por isso, as coisas não estão distantes, por isso é que na verdade nós estamos, neste instante, diante da apertada abertura com seus efeitos sociais questionáveis e que medem com profundidade o problema político que vive o nosso Governo e o nosso regime.

**O Sr. Renato Bernardi** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Antes de continuar, o aparte ao ilustre Líder da Bancada, Deputado Renato Bernardi.

**O Sr. Renato Bernardi** — Deputado Nelson Friedrich, a expulsão do Padre Vito Miracapillo, dentro dos objetivos fundamentais do Estatuto dos Estrangeiros, quando toda a sociedade civil se levantou exatamente para chamar a atenção da autocracia vigente para a barbaridade que se procurava perpetrar manchando a história da Nação brasileira, de um lado a grande crise especificada na educação e em outro setor. E Vossa Excelência, de passagem fala também de uma série de ocorrências que vêm acontecendo.

E eu me pergunto e pergunto a Vossa Excelência, não seriam todos esses episódios apenas efeitos da grande causa que está hoje implantada no cerne do regime que visa fundamentalmente conservar uma fachada de modernidade, mas que beneficia apenas e tão somente a uma minoria privilegiada por si e privilegiante pela estrutura e marginaliza a grande massa brasileira, que, em último caso, em última análise, é também a grande responsável pelo destino histórico do País?

Parece-me que, nesse instante, quando a igreja faz tanto em Puebla como já tinha feito em Medellin, a opção pelos pobres, ela se coloca, Deputado Nelson Friedrich, ao lado da grande massa marginalizada. E isto fere basicamente os privilégios desta elite minoritária. E então, não se está expulsando apenas o Padre Vito Miracapillo, mas está se rompendo aquele pacto que existia com a verdade evangélica e se rompendo também o compromisso histórico com a Nação brasileira.

E nós aqui estamos muitas vezes a discutir banalidades enquanto a Nação aceleradamente desce uma rampa cujo retorno nós não conhecemos.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Agradeço o seu aparte e peço

até escusas ao Deputado Kirinus, e ao Deputado que me fez também solicitação, devido ao tempo para concluir.

Agradeço o aparte e concordo plenamente, porque a opção preferencial da igreja pelos pobres, suscita raiva daqueles que mentem os privilégios.

Como, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na crise da educação do Paraná que também é a do Brasil, no problema do professor, no pretensão diálogo cuja conclusão não aconteceu, é preciso unirmos as vozes e olharmos este horizonte que está invisível, que também na questão dos professores do Paraná, como do padre em fase de expulsão, não há vencedores. O Brasil está perdendo. Na crise da educação, no problema da greve do movimento educação e justiça do Paraná, apenas uma opção e devemos escolher, a de que lado vamos estar. Ou a educação ganha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ou o Paraná perde. O Secretário talvez não entendeu assim. Idem Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, General Ney Braga.

Sr. Presidente, ou a justiça ganha e o Brasil perde. Ou a educação vence e o Paraná perderá.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário.

Tendo declinado, no horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo principiar este pronunciamento referindo-me às afirmações agressivas, injustas e improcedentes do Deputado Fiori Luiz, ao se referir, mais uma vez, num tom pouco compatível com a postura parlamentar, ao Governador do Estado. E lamentar ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Deputado Fiori Luiz se negue, mesmo que tacitamente, a reconhecer o trabalho que já foi feito e que está sendo feito pelo Governador Ney Braga.

O trabalho que foi feito por este homem público, no exercício de diferentes funções, sempre tendo como beneficiário o Estado e oferecendo o seu trabalho em proveito da gente paranaense.

As insinuações do Deputado Fiori Luiz, elas como que se perdem no vazio, em decorrência do julgamento mais importante que pode um homem público ter acerca de sua conduta, que é o julgamento do povo. E este julgamento já ocorreu inúmeras vezes e o Governador sempre foi aprovado. Logo, não se pode colocar na conta das afirmações mais sérias o que disse o Deputado Fiori Luiz sobre o nosso Governador. Como da mesma forma não se pode colocar no rol das notícias mais sérias trazidas à opinião pública, as colocações feitas no que toca a uma possível desassistência ao professor paranaense e aos servidores públicos de nosso Estado.

Convém, em primeiro lugar, estabelecer uma distinção conceitual entre o que seja a liderança de classe e o que seja a classe como um todo; porque não há como se deixar de reconhecer que hoje, infelizmente, os professores do Paraná estão sendo liderados por alguns radicais. Radicais que estão buscando simplesmente uma conduta unilateral. Radicais que falam em diálogo mas que querem que do diálogo só o Governo participe como a parte que cede. E essas lideranças se mantêm numa intransigência que vai levando a cada dia a educação do Paraná, a um abismo.

Vale relembrar que de todos os entendimentos feitos até hoje, entre as entidades de classe e o Governo do Estado, muitas das reivindicações, foram atendidas prontamente. Seja por determinação do Governador, seja por inspiração da autonomia que têm também os Srs. Secretários de Estado, para decidir do âmbito da sua competência. Mas o que foi oferecido ainda não é

o suficiente. Porque o impossível é o que seria realmente o justo e o razoável, para atender a essas insaciáveis lideranças que estão hoje servindo também a outros objetivos, que não só objetivos de sua classe.

Como não se pode também, da mesma forma dissociar o problema do magistério paranaense, do problema dos servidores públicos do Paraná.

E eu pergunto: qual seria a nossa postura política, se tivéssemos pura e simplesmente o atendimento de reivindicações que fogem à capacidade de dar, do Estado, a uma classe, e outros 60 mil seres humanos, ficassem à míngua de salários, também não condizentes às suas necessidades.

Falou-se aqui e injustamente, que o Governo, com o seu abono de Natal, pretende praticar um ato de demagogia. E eu quero refutar da forma mais candente possível, esta afirmação maldosa, porque tenho acompanhado, pessoalmente, o esforço que o Governo faz para melhor retribuir o trabalho dos seus funcionários.

Falou-se aqui que os setenta e dois por cento de aumento a serem concedidos a partir de janeiro, significam um percentual muito aquém do índice inflacionário. E quem falou, certamente não tomou conhecimento dos índices oficiais da Fundação Getúlio Vargas.

Até prova em contrário, é uma instituição insuspeita, sobre o custo de vida, de janeiro a setembro deste ano, de 54 por cento. E quem falou, certamente também não sabe estabelecer as distinções entre as diferenças entre o custo de vida e inflação.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei, depois do aparte ao Deputado Augusto Carneiro, que me havia solicitado por gestos.

Vale acrescentar também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o empenho que faz o Governo do Estado com o seu projeto de reclassificação, para melhorar a situação dos servidores públicos, do Paraná.

E, referindo-me mais particularmente à assembléia do Magistério, ontem realizada, primeiro no campo do Coritiba Futebol Clube, depois à frente da sede do Governo do Paraná, eu quero, em primeiro lugar, dizer que, tanto quanto o Deputado Fidelcino Tolentino, nós acompanhamos o movimento que se verificou ao lado desta Casa de Leis.

E, em nenhum momento sequer, pudemos observar qualquer gesto da polícia, que tivesse intenção de repelir seja pela intimidação, pelo ato físico, o Deputado Fidelcino Tolentino ao que parece, pretendeu no seu pronunciamento, entrar no âmago do pensamento de cada um dos policiais presentes, e quis se creditar, quem sabe, indevidamente, o fato de não ter havido nenhuma interferência física do policiamento na assembléia de ontem.

Mas, compreendo a denúncia sem fundamento do Deputado Fidelcino Tolentino, porque Sua Excelência ontem, foi o único a ter a unanimidade dos presentes; nem o Governo e nem os professores conseguiram unanimidade.

No entanto, o Deputado Fidelcino Tolentino, unanimemente, recebeu uma vaia dos professores, no momento em que, indevidamente, tomava o microfone de um líder de classe, para participar de uma assembléia; assembléia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que já se sabia, há alguns dias, não admitiria a presença de políticos, que foram, como bem disse o nobre Deputado João Mansur, repelidos, quando de uma concentração realizada em um salão paroquial aqui de Curitiba, quando alguns pretenderam participar e foram convidados a se retirar.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na hora em que tanto se fala em dignidade de classe, que se tenha o espírito superior para saber até onde poderemos ir, até onde seremos admitidos e até onde poderemos exercer a nossa tarefa que realmente não se esgota aqui no plenário, mas que deve extrapolar e

ganhar as ruas, desde que sejamos admitidos espontaneamente.

E a unanimidade da vaia que foi ontem conferida ao Deputado Fidelcino Tolentino, mostra claramente que o magistério quer ter autonomia para tratar dos seus problemas.

Mais felizes fomos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Parlamentares do Partido Democrático Social, que acompanhávamos a movimentação perto desta Casa em frente ao Palácio do Governo, e que quando observávamos que havia uma intenção de dialogar, de conversar, daqui saímos e fomos intermediar, não indevidamente, fomos intermediar para que as lideranças de classe conversassem com as autoridades do Governo, e estas lideranças foram ao Palácio Iguaçu, e ficaram reunidas com Secretários de Estado até altas horas da noite.

Felizes, porque mais sinceros, felizes porque pretendemos no episódio, tão simplesmente ajudar e não nos beneficiar de forma direta ou indireta. E fomos entendidos e, ao mesmo tempo, atendidos, e por isso, hoje, estamos aqui gratificados. Cumprimos um papel político, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobre as negociações em si, quer me parecer, salvo engano de minha parte, que negociações signifiquem um compromisso que é, ao mesmo tempo, acordo de vontades, e negociação pressupõe transigência, negociação pressupõe entendimento, e eu não entendo como negociação a imposição de determinados itens, sendo que, se estes não forem atendidos, não há como negociar.

E por ter a consciência de que tudo que é possível fazer, o Governo do Estado está fazendo, eu tenho aqui a tranquilidade para afirmar que o Paraná procura sair com elevação deste episódio, e que a educação precisa sair com elevação.

Porque, são milhares os pais aflitos que vêem suas crianças sem aula. E não são tão milhares assim aqueles que ainda buscam, através do radicalismo e da insensibilidade, o aprofundamento de uma crise de conseqüências bastante graves.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se pratica, inclusive, um ato de justiça, nesta hora, porque tem sido muito comum afirmar-se que é necessário que o Estatuto do Magistério seja integralmente obedecido. Mas, se esquecem estes que fazem essas afirmações que temos, no Estado, ainda, milhares de professores que estão fora desse Estatuto. Professores que mesmo sem habilitação, em certa época histórica do Paraná, ofereceram seu trabalho e até seu teto, para educar crianças pobres, de lugares longínquos deste Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Vossa Excelência tem apenas um minuto para concluir.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado, Sr. Presidente. Como se esquecem também esses que fora do Estatuto do Magistério estão cerca de 400 (quatrocentos) professores do ensino superior e que merecem, também, a nossa atenção e que precisam encontrar a nossa palavra de defesa.

E também se esquecem, ou não compreendem, ou porque não querem ou porque não sabem compreender que, no momento em que o Governo recorreu aos meios de comunicação para esclarecer, ele simplesmente quis levar, à comunidade paranaense, a realidade. Quis apresentar o perfil de uma verdade que não merece a contestação sem fundamento. E se esclarecer é difamar, que se altere, imediatamente, o Código Penal Brasileiro.

Por essas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para, em nome do nosso Partido, dizer que, com critérios de justiça, estamos procurando servir uma causa que não é do Governo, mas, uma causa que é do povo paranaense.

E se não tivermos a unanimidade daqueles que nos ouvem, que, pelo menos, não tenhamos a unanimidade da vaia daqueles que não nos querem aceitar.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Antes porém, a Mesa tem a satisfação de registrar em plenário, as presenças dos Srs. Prefeito Municipal de Santa Helena, e do Vereador João Küster, de Foz do Iguaçu.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, apresentando renúncia como membro de diversas Comissões Técnicas da Casa. — Deferido. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, comunicando o seu desligamento do "Bloco Trabalhista" desta Casa, oficializando, a partir desta data, a sua integração ao PMDB. — Ao Departamento Legislativo para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 92/80 (Mens. Govern. nº 41/80), que cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme específica. — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Engenheiro civil que sou, não poderia de, nesta oportunidade, deixar de homenagear os Senhores Engenheiros nesta Redação Final.

Quero homenagear os engenheiros do IPARDES, órgão oficial do Governo do Paraná, que, se não for fechado amanhã a pedido do Deputado Estadual Airton Cordeiro, ainda tem a correção dos dados.

Em seu boletim do mês de setembro, publica o seguinte: "Custo de vida na cidade de Curitiba, até o mês de agosto: 62,23 por cento".

A minha homenagem aos engenheiros formados em Estatística, na Universidade do Paraná, que compõem o IPARDES, que, se mentiram, deverão ser demitidos amanhã.

A minha homenagem àqueles engenheiros civis, que sabem que até o final do ano, teremos ainda quatro meses, e que, se Deus ajudar este País e atender os pedidos do Sr. Delfin Neto, teremos ainda uma inflação de 5 por cento ao mês, que vezes quatro, (a partir de agosto), os engenheiros aprenderam serão vinte por cento, e que, se corrigido, acumulativamente, dará 23 por cento e que somados aos atuais 62,23 por cento, darão



exatamente no dia 31 de dezembro deste ano, 85,23 por cento. Ou se fecha o IPARDES POR MENTIROSO ou então, nós teremos de, nesta lei, homenagear os engenheiros.

E, quero homenagear um outro grande engenheiro deste Estado, meu antigo professor por coincidência, de economia política, e não por coincidência mas, por laços de família, irmão do atual Governador, única e exclusiva vítima da exposição de cães ontem instalado em frente ao Palácio Iguaçu, provavelmente pelo "Canel Club". Porque ontem, seis e quinze da tarde, o Sr. Guilherme Braga, desceu a pé, por trás dos policiais e quando adentrava o Palácio um daqueles cães, que me parece era do "Canel Club" que estavam expostos para os professores enxergarem for quase mordido e teve de dar um pulo.

A sua infelicidade que o fato foi testemunhado deste prédio por este Deputado e por um repórter que se encontrava no meu gabinete. A minha homenagem ao professor Guilherme Braga, que no dia em que os professores protestavam, quase foi mordido por um cão que estava ali em exposição.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, tenho observado que os engenheiros parecem ser os únicos construtores do Estado, haja vista que, são contemplados, inclusive no Quadro Estatutário do Estado, com cinco categorias ou cinco classes, que vai de 1a. a 5a. classe, de acordo com esta lei que está em fase, no turno de discussão de Redação Final.

E também lamentar que os advogados, conquanto sejam os formuladores de fórmulas que declinam os interesses dos tecnocratas, são incompetentes e falo de cadeia isso, Sr. Presidente, para reivindicar um posicionamento mais compatível com a sua categoria profissional. E isso se verifica através da remessa de aumento do funcionalismo público em que os advogados compostos em apenas duas classes, veja-se no Anexo-I - Tabela 2 — que os advogados na letra B, da Coordenação da Receita, estão da seguinte ordem:

1a. classe - 46.116 — 2a. classe - 41.642.

Isto equivale dizer que o engenheiro da 5a. classe tem o mesmo vencimento que o advogado de primeira classe. O de primeira classe de engenheiro — 70.530 cruzeiros.

É por esta razão, Sr. Presidente, que vão os disparates sendo inseridos na história do Paraná e na história do funcionalismo paranaense sempre com a adesão, a complacência e a aprovação da esmagadora maioria do Governo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de Professor Aristeu Costa Pinto a unidade escolar implantada no Conjunto Residencial Monteiro Lobato, no Município de Ponta Grossa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o "Centro Cultural e Social São Francisco Xavier", com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 37/80), que denomina "Governador Bento Munhoz da Rocha Netto", a Usina Hidrelétrica Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em votação a Emenda Substitutiva.— Aprovada.— Em votação o projeto. Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede e foro na Cidade de Jataizinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/80, de autoria do Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores da Escola Conselheiro Carrão", com sede e foro nesta Capital.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Uniflor", com sede e foro no Município de Uniflor. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/80, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA, que institui o "Dia Paranaense de Combate ao Fumo", a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Frutipar- Associação dos Fruticultores do Estado do Paraná". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio a Vossa Excelência chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Responderam a chamada nominal 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei n.º 129/80.— Em votação o requerimento.— Aprovado.

Em votação o Projeto de Lei n.º 129/80.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, a votação será nominal.

Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal e votação dos Srs. Deputados.

A Mesa esclarece aos nobres Srs. Deputados que votarem "sim" serão favoráveis ao projeto, os que votarem "não" serão contrários. O Sr. 1.º Secretário proceda a votação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Basílio Zanusso) —

Fabiano Braga Côrtes ...

Nelson Buffara — Sim.



Basílio Zanusso — Sim.  
 Lineu Turra — Sim.  
 Fuad Nacli — ...  
 Tadeu Lúcio Machado — ...  
 Adalberto Daros — ...  
 Aguinaldo Pereira Lima — Sim  
 Airton Cordeiro — Sim.  
 Antônio Facci — Sim.  
 Augusto Carneiro — Sim.  
 Carlos Zanlorenzi — Sim.  
 Cyro Martins — ...  
 Dácio Leonel — Sim.  
 Darcy Deitos — Sim.  
 Del Ciel — Sim.  
 Deni Schwartz — Sim.  
 Edilson Alencar — Sim.  
 Erondy Silvério — Sim.  
 Ezequias Losso — Sim.  
 Fidelcino Tolentino — Sim.  
 Fiori Luiz — Sim.  
 Francisco Escorsin — Sim.  
 Gabriel Manoel — Sim.  
 Gernote Kirinus — Sim.  
 Gilberto Carvalho — Sim.  
 João Mansur — Sim.  
 João Elísio — Sim  
 José Domingos Teixeira — Sim.  
 José Tavares — Sim.  
 Luiz Alberto de Oliveira — Sim.  
 Mário Celso — Sim.  
 Nelson Friedrich — Sim.  
 Nestor Baptista — Sim.  
 Nilso Aguarazi — Sim.  
 Palácios — Sim.  
 Paulo Camargo — Sim.  
 Renato Bernardi — Sim.  
 Renato Bueno — Sim.  
 Romero Filho — Sim.  
 Rosário Pitelli — Sim.  
 Túlio Zanchet — Sim.  
 Waldyr Pugliesi — Sim.  
 Werner Wanderer — Sim.  
 Wilson Fortes — Sim.  
 Gilberto Agibert Filho — Sim.  
 O SR. 1º SECRETÁRIO — 41 Srs. Deputados votaram "sim",  
 Sr. Presidente.  
 O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Aprovado, o  
 Projeto de Lei nº 129/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 137/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 60/80), que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos a projeto especial, pela administração direta e indireta do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—

#### PROJETO DE LEI Nº 137/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
 DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, durante o período de 1980 a 1983, operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor equivalente a US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para atendimento ao Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRORURAL.

Art. 2º — O prazo de amortização, carência, juros e taxas adicionais e comissões referentes ao empréstimo ou financia-

mento a ser tomado, obedecerá às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e às exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 3º — O Poder Executivo incluirá, em cada Orçamento Anual, suficientes dotações orçamentárias para as Amortizações a serem procedidas no exercício correspondente, bem como para os juros e demais encargos da dívida contratada e a contratar.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 19 de setembro de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 137/80

O presente Projeto de Lei nº 137/80, oriundo de Mensagem Governamental, visa estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos a projeto especial, pela administração direta e indireta do Estado e dá outras providências.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, temos que a proposição se encontra em condições de ter a sua tramitação normal, não havendo qualquer óbice que qualquer constitucional que possa impedir a sua aprovação.

No entretanto, analisando-se a matéria através da justificativa que acompanha o anteprojeto de lei, deparamos que os anexos bem demonstram em quadros e tabelas, dos mais explicativos, elaborados pela Secretaria das Finanças, a capacidade do Estado no comportamento para a liquidação das operações financeiras previstas na autorização que ora é pleiteada pelo Poder Executivo. Tivemos o cuidado de, em contacto telefónico com o Sr. Secretário das Finanças solicitar melhores esclarecimentos sobre o problema, o que nos convenceu da oportunidade da medida ora proposta, comprometendo-se Sua Excelência inclusive de nesta Casa, perante esta Comissão ou a de Finanças, comparecer para melhores esclarecimentos sobre tão importante assunto.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de outubro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 137/80

O presente plano de lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar a abertura de um crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor equivalente a US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para atendimento ao Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL.

O aspecto legal e constitucional da matéria foi devidamente apreciado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, através do parecer constante do presente, opinando favoravelmente à sua aprovação.

Segundo a lei, o empréstimo obedecerá às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e às exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Quanto ao aspecto financeiro, que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, o Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual dotações suficientes para amortizações do crédito ora pleiteado, não havendo portanto qualquer óbice que possa impedir financeiramente, a sua aprovação.

Somos, pois, favorável à matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1980.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;  
AGUINALDO PEREIRA LIMA, Relator.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, solicitando seja o Projeto de Lei nº 137/80, submetido a votação nominal.— Em votação o requerimento. Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

23 Srs. Deputados o aprovam;

17 Srs. Deputados o rejeitam.— **Aprovado.**

Solicito do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. E esclarece ainda, que os Srs. Deputados que responderem "sim" estarão votando favorável ao projeto e "não" o contrário.

O SR. 1º SECRETARIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Nelson Buffara — Sim.

Basílio Zanusso — Sim.

Lineu Turra — Sim.

Fuad Nacli — Ausente.

Tadeu Lúcio Machado — Ausente.

Adalberto Daros — Sim.

Aguinaldo Pereira Lima — Sim.

Airton Cordeiro — Sim.

Antônio Facci — Sim.

Augusto Carneiro — Sim.

Carlos Zanlörenzi — Não.

Cyro Martins — ...

Dácio Leonel — Sim.

Darcy Deitos — Ausente.

David Cheriegate — Ausente.

David Federmann — Ausente.

Del Ciel — Sim.

Deni Schwartz — Ausente.

Edilson Alencar — Sim.

Egon Pudell — Ausente.

Ezequias Losso — Sim.

Erondy Silvério — Sim.

Fidelcino Tolentino — Não.

Fiori Luiz — Não.

Francisco Escorsin — Sim.

Gernote Kirinus — Ausente.

Gabriel Manoel — Sim.

Gilberto Carvalho — Sim.

João Elísio — Ausente.

João Mansur — Sim.

José Domingos Teixeira — Sim.

José Domingos Scarpelini — Ausente.

José Tavares — Não.

Jurandir Messias — Ausente.

Lázaro Dumont — Ausente.

Leônidas Chaves — Ausente.

Luiz Alberto de Oliveira — Sim.

Mário Celso — Ausente.

Nelton Friedrich — Ausente.

Nestor Baptista — Ausente.

Nilso Sguarezi — Ausente.

Palácios — Sim.

Paulo Camargo — Sim.

Pinto Dias — Ausente.

Quielse Crisóstomo — Ausente.

Renato Bueno — Sim.

Romero Filho — Ausente.

Rosário Pitelli — Sim.

Trajano Bastos — Ausente.

Túlio Zanchet — Sim.

Valduga — Ausente.

Waldyr Pugliesi — Ausente.

Werner Wanderer — Sim.

Wilson Fortes — Sim.

Gilberto Agibert Filho — Ausente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Basílio Zanusso) (2ª chamada).

Fuad Nacli — Ausente.

Tadeu Lúcio Machado — Ausente.

Cyro Martins — Ausente.

Darcy Deitos — Ausente.

David Cheriegate — Ausente.

David Federmann — Ausente.

Deni Schwartz — Ausente.

Egon Pudell — Ausente.

Gernote Kirinus — Ausente.

João Elísio — Ausente.

José Domingos Scarpelini — Ausente.

Jurandir Messias — Ausente.

Lázaro Dumont — Ausente.

Leônidas Chaves — Ausente.

Mário Celso — Ausente.

Nelson Friedrich — Ausente.

Nestor Baptista — Ausente.

Nilso Sguarezi — Ausente.

Pinto Dias — Ausente.

Quielse Crisóstomo — Ausente.

Renato Bernardi — Ausente.

Romero Filho — Ausente.

Trajano Bastos — Ausente.

Valduga — Ausente.

Waldyr Pugliesi — Ausente.

Gilberto Agibert Filho — Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Votaram "sim"

26 Srs. Deputados;

Votaram "não" 4 Srs. Deputados.

**Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Leonor Maciel, ocorrido em Ponta Grossa.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Tereza de Araújo de Freitas, ocorrido em Curitiba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ozéas Saraiva de Araújo, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gilberto Mayer, ocorrido em Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem agrônomo Orlando Pelisari.— **Aprovado.**

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benedito Ferraz, ocorrido em Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armínio Githay, ocorrido em Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cidadão Augusto Zanlorenzi, ocorrido na localidade de Pinho de Baixo, Município de Irati.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gilberto Mayer, ocorrido na Cidade de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ezequias Leme de Carvalho, ocorrido na Cidade de Nova Esperança.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela comemoração do 4º ano de fundação de Lions Clube de Curitiba-Santa Felicidade.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do pronunciamento do Engenheiro Agrônomo Paulo Furiatti, ao assumir a Presidência da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.— **Aprovado.**— (O pronunciamento acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações referente a distribuição de verba destinada ao Setor da Comunicação Social do Governo.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e solicita dos Srs. Deputados que assumam seus devidos lugares em suas bancadas, para verificação de votação.  
(É procedida a verificação de votação).

7 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 45, 76, 78, 83, 87, 120, 124 e 129/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 137/80.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 10, 80 e 123/80, e de Resolução nºs 48, 52, 53, 54 e 55/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 24, às 10,00 horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 170/78, 48, 86, 103 e 110/80.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO AIRTON CORDEIRO, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1980.

Pronunciamento do Engenheiro Agrônomo Paulo César Furiatti, ao assumir a Presidência da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

*A Sociedade Brasileira vem atravessando um grande momento de reflexão, e experimenta uma mobilização intensa após 16 anos de grande obscurantismo.*

*Os engenheiros agrônomos como participantes desta sociedade, também sentem o apelo dessa mobilização, e mais do que nunca, entendem a importância de se aliar aos diversos segmentos da comunidade brasileira alçar sua voz e dar sua contribuição para sairmos do impasse político-econômico e social que nos encontramos.*

*O modelo econômico implantado está aí a provocar conseqüências em todos os setores.*

*Esse modelo, não voltado para os interesses do povo brasileiro, gerou crises também na agricultura.*

*Comemos o que não produzimos e produzimos o que não comemos.*

*Temos falta de arroz, leite, milho e feijão.*

*O feijão é o exemplo mais característico.*

*Ele está muito caro. Está caro porque não existe. Alguns encaram o problema de uma forma muito simplista. Acreditam que a alta é de única responsabilidade dos intermediários que possuem o produto estocado, ou do agricultor que prefere plantar soja ao invés de replantar lavouras perdidas. O replantio não foi feito simplesmente porque não há semente.*

*São incriveis os incentivos dados neste País para culturas de exportação.*

*A alocação de recursos materiais, humanos e financeiros para pesquisa e assistência técnica, não têm sido compatível com a importância do produto que se deseja.*

*Isso tudo, reflete a ausência de uma política agrícola de longo prazo. Essa ausência tem permitido aos tecnocratas tomar medidas casuísticas e imediatistas para resolver problemas que nunca serão solucionados se não adotarmos um modelo voltado para os nossos interesses e necessidades reais. Isso tudo exige sacrifícios e renúncias para termos resultados mensuráveis no tempo e no espaço.*

*Não é de agora que a agricultura brasileira tem seu enfoque central na produção de bens para exportação, relegando a plano secundário a produção de alimentos para o mercado interno.*

*O enfoque continua. O que mudou, foi o contexto da sociedade.*

*Há pouco tempo, grande parte da população residia na zona rural.*

*Parte produzia para se alimentar e as sobras eram vendidas nas cidades. Outros produziam para exportar e secundariamente se dedicavam à produção de alimentos.*

*Plantavam um feijãozinho no meio do café, um milhozinho antes da cana, criavam um porquinho no fundo do quintal, um frango ciscando o terreiro, galinhas botando atrás da horta, laranjas no pomar.*

*Isso acabou.*

*O trator trafega no meio do cafezal. A mecanização da cana expulsou o milho. O frango não tem terreiro para ciscar. As laranjeiras foram arrancadas pelo governo para livrá-las do cancro cítrico.*

*Os peixes do rio, morreram envenenados.*

*Falta feijão, milho, hortaliças, arroz, leite.*

*É possível substituir carne pela soja? É possível.*

*Mas existe ovo de soja? frango de soja? lingüiça de soja? alface de soja? milho de soja?*

A crise da alimentação é um sintoma de uma crise maior no abastecimento de todos os produtos agrícolas. Daqui para frente, com a mentalidade de produzir para exportar em áreas imensas; de usar a agricultura para produzir álcool; com filosofia de monocultura; haverá cada vez menos sobras.

O feijão sempre foi produzido de duas maneiras:

Ou pelos pequenos agricultores como cultura de subsistência ou como cultura de fronteiras agrícolas, plantado em solo fértil e novo, com boas colheitas e custos baixos.

Hoje, o agricultor pequeno está sendo expulso de sua terra.

As fronteiras agrícolas esgotaram-se ou foram regiões longínquas e de terras menos férteis.

Senhores:

Entendemos que ninguém, a não ser o próprio povo, tem o direito de substituir o feijão por outro alimento qualquer.

Ele tem sido a principal fonte de proteína das populações de baixa renda.

Em menos de dez anos, o consumo per capita caiu de 28 para 18 kg.

Não devemos pensar em substituir o feijão, mas sim, exercer toda a pressão para que o País tenha uma política agrícola voltada à produção de alimentos.

Se usarmos somente sementes de boa qualidade, teremos um aumento na produtividade atual que é de 600 kg/ha de 25 a 30 por cento. Ocorre que não temos sementes. Das 800.000 sacas de semente necessárias para o plantio das águas no Paraná não contamos com uma oferta superior a 40.000 sacas. Isso, devido a recursos de pesquisa alocados para a cultura de exportação. E ainda a proteção dos cultivadores estar sendo feita obscuramente via sistema financeiro premiando a produção de sementes feitas por capital estrangeiro que obviamente visam seus interesses alienígenas.

O meio ambiente está cada vez mais pisoteado. Nunca se usou tanto agroquímico e nunca tivemos tantos problemas. Matas são criminosamente derrubadas.

Nossos recursos naturais, a maior riqueza de uma Nação, depois de seus habitantes, estão sendo destruídos paulatinamente.

Nossos solos estão sendo arrastados pelas águas ou pelos ventos.

Queremos ação efetiva. Proteção real.

Queremos que paralelamente ao plantio de mudas e promessas no dia da árvore, sejam coibidos os abusos constantes de desmate, e da quantidade arrasadora de agentes poluidores colocados nos rios e lagos.

Desejamos uma política agrícola voltada para os interesses legítimos do povo brasileiro, que seja coerente, humana e, sobretudo comprometida com o futuro e as gerações vindouras.

A estrutura fundiária necessita de uma reformulação urgente.

A terra deve ser dada para quem nela trabalha. Não podemos suportar o abuso de um cidadão americano chamado Ludwig, possuir em território nacional 3,5 milhões de hectares como ele mesmo diz, ou 500.000 hectares, como admite o INCRA.

Não devemos condescender com estudos para entregar a grupos japoneses, 50 milhões de hectares.

A estrutura fundiária precisa ser modificada para evitar a miséria, a fome, a doença e a marginalização social de milhões de irmãos nossos.

A pesquisa deve receber recursos compatíveis à altura do que se espera dela. Não podemos suportar uma diretriz de adaptação de tecnologia. Devemos criar nossa tecnologia.

Não podemos admitir um ensino sem a importância que merece.

Necessitamos melhorar a qualidade e desenvolver as pesquisas alternativas dentro das escolas.

Não podemos ficar omissos, quando vemos o ensino agrônomo pulverizado em administradores rurais, engenheiros agrícolas e tecnólogos em cooperativas, formados em escolas sem a mínima condição de ensino, com uma visão estrábica da problemática agrícola. O MEC fechou Assis Chateaubriand, como deverá fechar todas as escolas formadas sem um mínimo de estudo de viabilidade e seriedade.

Colegas:

O momento histórico vivido pela sociedade brasileira exige a mobilização de todas as suas forças mais expressivas e, dentre elas, julgamos que a presença do engenheiro agrônomo é indispensável.

Nós também sentimos a ansiedade da participação; nós também queremos colaborar nesse esforço que procura resgatar o Brasil dos recônditos do obscurantismo, da hipocrisia e do domínio político de um grupo de privilégios.

Temos um longo caminho a percorrer, e a ele não podemos renunciar. Sigamo-lo com a consciência tranqüila, sabedores de que a dor das feridas é nada em comparação com o júbilo que teremos quando melhores dias terão os brasileiros.

Muito obrigado.

Curitiba, 10 de outubro de 1.980.